# A Cloids A Cloids La

ANO VI • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Terça-feira, 10 de maio de 2022 • Nº 1309 • R\$ 1,00 www.diariodoacionista.com.br

MEGA-AUMENTO

### Petrobras eleva preço do diesel em 8,87%

A Petrobras anunciou ontem aumento do preço médio do diesel de 8,87% nas suas refinarias. A alta era esperada pelo mercado, diante da escalada das cotações internacionais nas últimas semanas. O reajuste é anunciado em meio a críticas do próprio presidente Jair Bolsonaro (PL) aos elevados lucros da estatal. Na quinta-feira passada, a empresa anunciou lucro de R\$ 44,5 bilhões no primeiro trimestre de 2022, o que motivou decisão pela distribuição de R\$ 48,5 bilhões em dividendos. No comunicado sobre o aumento, a Petrobras ressaltou que não mexe no preço do combustível há 60 dias. "Com esse movimento, a Petrobras segue outros fornecedores de combustíveis no Brasil que já promoveram ajustes nos seus preços de venda acompanhando os preços de mercado", disse. Segundo a Abicom, após o reajuste o diesel vendido no Brasil ainda tem uma defasagem de R\$ 0,61 por litro. PÁGINA 2

### COVARDIA

### Bombeiro atira em atendente do McDonald's

Um atendente do McDonald's, Mateus Domigues Carvalho, foi baleado na madrugada desta segunda-feira quando trabalhava em uma unidade da Taquara, zona oeste do Rio de Janeiro. Segundo relatos, o atirador, sargento do Corpo de Bombeiros, Paulo César de Souza Albuquerque, ficou irritado por não conseguir usar um cupom de desconto. Mateus foi encaminhado ao Hospital Municipal Loureço Jorge, na zona oeste do Rio, e o seu estado de saúde é estável. De acordo com Marcela Costa, tia do jovem, testemunhas disseram que o crime aconteceu depois que o bombeiro apresentou o cupom quando seu pedido já havia sido finalizado. Mateus teria informado então que não poderia alterar a compra, porque o papel deveria ter sido mostrado antes. ndo o trabalho dele. Falou que não tinha como prestar o serviço que o rapaz queria e acabou acontecendo isso tudo", disse ela. PÁGINA 8

PRIMEIRO TRIMESTRE

# Lucro do Itaú cresce 15% e alcança R\$ 7,36 bilhões

O Itaú registrou lucro de R\$ 7,361 bilhões no primeiro trimestre de 2022, o que equivale a um crescimento de 15% na comparação com o mesmo período do ano passado e de 2,8% em relação ao trimestre imediatamente anterior, de acordo com balanço divulgado ontem. O resultado se deve em grande medida à expansão de 13,9% da carteira de crédito em bases anuais, para R\$ 1,032 trilhão. Em relação ao último trimestre do

ano passado, houve aumento de 0,5%. Segundo o banco, a carteira de pessoas físicas atingiu um volume de R\$ 347,4 bilhões, alta de 32,9% em bases anuais e de 4,4% ante o quarto trimestre do ano passado. Esse desempenho está relacionado aos volumes de linhas associadas a crédito garantido, como imobiliário (44,5%), e também de outras linhas, como cartão de crédito (41,4%), na comparação com o de 2021. PÁGINA 2

CARA DE PAU



# Guedes culpa guerra por País pagar salário mínimo de fome

O ministro da Economia, Paulo Guedes (**foto**), falou ontem sobre a perda de poder de compra do salário mínimo, e justificou a desvalorização citando "duas guerras": a pandemia da Covid-19 e o conflito entre Rússia e Ucrânia. Apesar das declarações do ministro, o governo Jair Bolsonaro já não concedia aumento real ao salário mínimo desde antes da pandemia e da guerra na Ucrânia. Além disso, Guedes já afirmou que dar aumento real geraria desemprego. "A verdade é que essa geração pagou pela guerra, fizemos sacrifícios e ficamos sem aumento de salário, tivemos uma recuperação econômica forte. Não houve aumento real de salário porque, durante uma guerra, o normal é até ter perdas. **PÁGINA 6** 

Pressão golpista

# TSE aponta erros de militares rejeita propostas para eleições



O TSE (Tribunal Superior Eleitoral) informou ontem que rejeitou novas sugestões das Forças Armadas sobre o processo eleitoral de 2022. A decisão da corte ocorre no momento em que o presidente Jair Bolsonaro (PL) amplia insinuações golpistas, ataques às urnas e promete contratar uma auditoria privada que pode, segundo ele, "complicar" o tribunal antes da eleição. Em ofício enviado aos membros da CTE (Comissão de Transparência Eleitoral), órgão que tem uma cadeira para as Forças Armadas, o presidente do tribunal, ministro Edson Fachin (**foto**), reafirma que o pleito deste ano terá segurança. **PÁGINA 7** 

Amazônia

### MPF pede suspensão de garimpo em área indígena

O Ministério Público Federal (MPF) pediu, ontem, a suspensão da autorização de exploração do garimpo em trechos do rio Negro que banham terras indígenas praticamente intocadas na Amazônia. O MPF pede que a Agência Nacional de Mineração (ANM) providencie a "imediata suspensão de todos os requerimentos ativos de pesquisa ou lavra minerária incidentes sobre as Terras Indígenas Médio Rio Negro 1 e Médio Rio Negro 2, no Município de São Gabriel da Cachoeira/AM". Segundo o MPF, há, no total, 33 requerimentos para lavra, pesquisa ou licenciamento dentro dessa área, a grande maioria relativos à exploração de ouro. O chefe do GSI, general Augusto Heleno, autorizou o avanço de7 projetos. PÁGINA 7

	INDICADORES																		
IBO	IBOVESPA: -1,79% / 103.250,02 / -1.884,71 / Volume: 29.368.442.165 / Quantidade: 4.539.643						Bolsas n	o mundo		Salário mínimo	R\$ 1.212,00	IGP-M	1,41% (abr.)	EURO turismo					
Maiores	Altas			Maiores Baixas	;			Mais Negociada	as		Fe	chamento	%	Ufir	R\$ 3,7053	IPCA	1,62% (mar.)	Compra: 5,4580	Venda: 5,6380
	I	Preço	% Oscil.		Preço	%	Oscil.		Preço	% Oscil.	Dow Jones	32.245,7	-1,99	Taxa Selic		CDI		DÓLAR Ptax - BC	
BTGP BANCO	UNT N2	22.69	+3.61 +0.79	BTGP BANCO UNT N2	22.69	+3.61	+0.79	PETROBRAS PN N2	32.16	-2.72 -0.90	NASDAQ Composite	11.623,248	-4,29	(5/5)	12,75%	0,23	até o dia 9/mai	Compra: 5,1334	Venda: 5,1340
BRF SA ON N	M	12.32	+2.75 +0.33	BRF SA ON NM	12.32	+2.75	+0.33	VALE ON NM	76.49	-4.10 -3.27	Euro STOXX 50	3.530,51	-3,06	Poupança 3		OURO		DÓLAR comercial	
BRASKEM PN	A N1	40.49	+2.51 +0.99	BRASKEM PNA N1	40.49	+2.51	+0.99	ITAUUNIBANCOPN EJ N1	23.45	-1.43 -0.34	CAC 40	6.086,02	-2,75	(10/5)	0,67%	BM&F/grama	R\$ 301,50	Compra: 5,1538	Venda: 5,1544
ENGIE BRASI	LON NM	42.69	+2.45 +1.02	ENGIE BRASILON NM	42.69	+2.45	+1.02	BRADESCO PN EJ N1	18.37	+1.49 +0.27	FTSE 100	7.216,58	-2,32	TR (prefixada)		<b>EURO Comercial</b>		DÓLAR turismo	
SABESP ON E	J NM	45.24	+2.59 +1.14	SABESP ON EJ NM	45.24	+2.59	+1.14	PETROBRAS ON N2	34.26	-4.01 -1.43	DAX 30	13.380,67	-2,15	(10/01/2022)	0,0436%	Compra: 5,4435	Venda: 5,4441	Compra: 5,1461	Venda: 5,3161

Mercados

### Bolsas caem com temor de recessão após dados fracos da China

LUCAS BOMBANA/FOLHAPRESS

As principais Bolsas de Valores globais caíram ontem, refletindo o aumento do temor com uma recessão global, após a divulgação de dados fracos de exportações chinesas.

O índice acionário do mercado global FTSE All-World fechou em baixa de 3%, no maior recuo diário desde junho de 2020

No Brasil, a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) registrou desvalorização de 1,79%, aos 103.250 pontos. Com a queda observada ontem, o Ibovespa (Índice Bovespa) zera os ganhos do ano e passa a acumular perda de 1,5% desde janeiro.

O dólar, por sua vez, voltou a se valorizar frente ao real e fechou o dia com ganhos de 1,61% ante a moeda local, negociado a R\$ 5,156 para venda. Na máxima do dia, a divisa americana chegou a bater em R\$ 5,1600

Nos Estados Unidos, o S&P cedeu 3,2% e o Dow Jones teve perdas de 1,99%. O Nasdaq, com maior concentração de ações de tecnologia, recuou 4,29%.

A venda de ações também predominou nas principais Bolsas na Europa, com queda de 2.32% do FTSE-100, de Londres e de 2,75% do CAC-40, de Paris. Na Ásia, o Nikkei, de Tóquio, fechou em queda de 2,53%, e o Hang Seng, de Hong

Kong, desvalorizou 3,81%... Na Bolsa brasileira, as exportadoras de commodities Vale e Petrobras e os papéis do Itaú deram sua contribuição para a queda do Ibovespa ontem.

As ações ordinárias da estatal recuaram 4,01% e as preferenciais cederam 2,72%, após a empresa anunciar aumento do preço médio do diesel de 8,87% nas suas refinarias, com o valor do combustível para distribuidoras passando a valer R\$ 4,91 por litro, a partir de hoje.

Já os papéis da Vale, pressionados pelo mau humor sobre os rumos da economia chinesa, tiveram desvalorização de 4,1%.

No setor financeiro, as ações do Itaú registraram perdas de 1,43%, após o banco ter reportado mais cedo lucro de R\$ 7,36 bilhões no primeiro trimestre do ano.

Já os papéis do Nubank negociados na Nyse (Bolsa de Nova York) despencaram quase 15% com os receios dos investidores acerca do desempenho da fintech em um cenário de juros mais altos.

MEGA-AUMENTO

### Petrobras eleva preço do diesel em 8,87%

A Petrobras anunciou ontem aumento do preço médio do diesel de 8,87% nas suas refinarias. A alta era esperada pelo mercado, diante da escalada

nas últimas semanas. O reajuste e anunciado em meio a críticas do próprio presidente Jair Bolsonaro (PL) aos elevados lucros da estatal. Na quinta-feira passada, a empresa anunciou lucro de R\$ 44,5 bilhões no primeiro trimestre de 2022, o que motivou decisão pela distribuição de R\$ 48,5 bilhões em dividendos.

No comunicado sobre o aumento, a Petrobras ressaltou que não mexe no preço do combustível há 60 dias. "Com esse movimento, a Petrobras segue outros fornecedores de combustíveis no Brasil que já promoveram ajustes nos seus preços de venda acompanhando os preços de mercado", disse.

Segundo a Abicom, após o reajuste o diesel vendido no Brasil ainda tem uma defasagem de R\$ 0,61 por litro. Setor reclama também de alta defasagem da gasolina, que está em 0,93 por litro.

A Petrobras anunciou que o preço médio do combustível em suas refinarias passa de R\$ 4,51 para R\$ 4,91 por litro -o repasse aos consumidores depende de políticas comerciais de distribuidoras e postos de combustíveis.

"Considerando a mistura obrigatória de 90% de diesel A e 10% de biodiesel para a composição do diesel comercializado nos postos, a parcela da Petrobras no preço ao consumidor passará de R\$ 4,06, em média, para R\$ 4,42 a cada litro vendido na bomba. Uma variação de R\$ 0,36 por litro", afirmou a empresa.

Os valores da gasolina e do gás de cozinha foram mantidos. O preco da gasolina está inalterado há 60 dias. O do gás de cozidas cotações internacionais nha foi reduzido em 5,58% no dia 8 de abril.

Nos uitimos dias, com a aita das cotações internacionais, a Petrobras vinha sofrendo pressão do mercado para anunciar reajustes. O setor de combustíveis também alertava sobre o risco de falta de produtos, devido à dificuldade para importações por empresas privadas.

Ontem, antes do aumento, o preço médio do diesel nas refinarias brasileiras estava R\$ 0.94 por litro abaixo da paridade de importação, segundo a Abicom (Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis).

Empresas de ônibus, por outro lado, divulgaram comunicado dizendo que a população poderia ter problemas com o transporte coletivo, caso o preço do diesel subisse. Na quinta, Bolsonaro disse que o lucro da Petrobras é um "estupro".

Mesmo sem reajuste há 60 dias, o preço do diesel vinha com tendência de alta nas bombas. Na semana passada, o combustível foi vendido, em média, a R\$ 6,630 por litro, R\$ 0,02 acima do verificado pela ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis) na última semana.

Na sexta-feira passada, em eventos com analistas e jornalistas para detalhar o balanço do primeiro trimestre, a direção da Petrobras defendeu a política de preços e repetiu discurso defendendo que o bom desempenho da Petrobras gera ganhos ao país sob a forma de pagamento de impostos e dividendos.

PRIMEIRO TRIMESTRE

# Lucro do Itaú cresce 15% e alcança R\$ 7,36 bilhões

LUCAS BOMBANA/FOLHAPRESS

Itaú registrou lucro de R\$ 7,361 bilhões no primeiro trimestre de 2022, o que equivale a um crescimento de 15% na comparação com o mesmo período do ano passado e de 2,8% em relação ao trimestre imediatamente anterior, de acordo com balanço divulgado ontem.

O resultado se deve em grande medida à expansão de 13,9% da carteira de crédito em bases anuais, para R\$ 1,032 trilhão. Em relação ao último trimestre do ano passado, houve aumento de 0.5%

Segundo o banco, a carteira de pessoas físicas atingiu um volume de R\$ 347,4 bilhões, alta de 32,9% em bases anuais e de 4,4% ante o quarto trimestre do ano passado. Esse desempenho está relacionado aos volumes de linhas associadas a crédito garantido, como imobiliário (44,5%), e também de outras linhas, como cartão de crédito (41,4%), na comparação com o mesmo período de 2021.

Já o índice de inadimplência acima de 90 dias foi de 2,6% ao final do primeiro trimestre do ano, contra 2,3% no comparativo anual e 2,5% em dezembro.

Entre as pessoas físicas, a taxa de atrasos acima de 90 dias alcançou 4,1% em março, contra 3,9% em março de 2021 e 3,8% no final do ano passado.

Presidente do banco, Milton Maluhy Filho afirmou que, em um cenário de alta dos juros e da

inflação, a tendência é que os índices de inadimplência sigam com altas moderadas durante os próximos trimestres -percepção semelhante foi transmitida na semana passada pelo presidente do Bradesco, Octavio de Lazari

O presidente do Itaú disse que a expectativa interna é de que os índices de inadimplência retomem gradualmente os níveis observados no pré-pandemia. Em março de 2020, a taxa de atrasos acima de 90 dias do banco era de 3,1%, e de 5,1% entre as pessoas físicas.

As provisões do Itaú para créditos de liquidação duvidosa atingiram R\$ 6,385 bilhões no primeiro trimestre do ano, alta de 70,3% ano contra ano e de 6,3% na margem.

O ROE (Retorno Recorrente Gerencial sobre o Patrimônio Líquido Médio anualizado), indicador que mede a rentabilidade da operação, alcançou 20,4% em março, ante 18,5% em igual período de 2021 e 20,2% no trimestre anterior.

Maluhy Filho afirmou que a expectativa é manter o ROE ao redor dos 20% ao longo dos próximos trimestres.

"A transformação digital e cultural do Itaú Unibanco segue em ritmo acelerado, sem que deixemos de entregar resultados consistentes. Além de todos os esforços internos para apoiar a jornada de evolução do nosso negócio, intensificamos os investimentos em aquisições e parcerias, que nos permitirão

fazer essa transformação na velocidade que nossos clientes demandam e o mundo atual exige", disse o presidente do Itaú no relatório de resultados.

**AÇÕES DA XP** 

A compra da fatia de 11,36% da XP realizada pelo Itaú Unibanco no final de abril terá um efeito de dedução de capital do banco da ordem de 0,8%, segundo estimativa passada pela instituição financeira.

Maluhy Filho lembrou que qualquer aquisição de participação superior a 10% de instituições financeiras ou assemelhadas deve ser deduzida da base de capital do banco por questões regulatórias.

Pelos cálculos do Itaú, o investimento na XP, acertado ainda em 2017, terá um impacto de dedução de capital da ordem de 0,8%, afirmou o executivo.

No entanto, se vender uma fatia de 1,37% da participação adquirida, levando-a para um percentual abaixo de 10%, o banco já deixa de ter de fazer a dedução de capital, e ainda recupera boa parte do valor alocado na operação, acrescentou Maluhy Filho.

O executivo disse que o banco vai "escolher o melhor momento" para fazer a venda do percentual das ações da XP para levar a participação na corretora para nível inferior a 10%, mas que as negociações não necessariamente irão ocorrer ainda

Maluhy Filho afirmou ainda

que a venda não representa um lote relevante de ações da XP e não deve ter um "grande impacto" para os preços das ações da

Os papéis da XP operam em baixa de 2,1% nesta manhã na Bolsa americana Nasdaq, com uma queda acumulada próxima de 30% no ano.

Já as ações do banco opera em baixa de 1,6%, com ganhos de 12% no ano.

**EM LINHA** 

Segundo os analistas da Ativa, o resultado do Itaú veio "majoritariamente em linha com nossas estimativas", com destaques positivos para o crescimento da receita com serviço e com seguros e para os ganhos de eficiência operacional no tri-

"Por outro lado, houve expansão do custo de crédito e da inadimplência", apontam os analistas.

O time da Guide aponta que a deterioração do cenário macro teve forte impacto em números cruciais para a saúde financeira do banco, como índices de cobertura e inadimplência. "Apesar disso, o Itaú entregou mais um resultado sólido, com algumas perdas já esperadas pelo mercado", dizem os analistas da Guide.

Na mesma linha, Renan Manda, analista-chefe do setor financeiro da XP, classificou o resultado do Itaú como "ligeiramente positivo, em virtude do forte crescimento da carteira de crédito e da margem financeira.'

NOVO PACOTE

# Governo vai zerar imposto de importação de 11 produtos

FÁBIO PUPO/FOLHAPRESS

O governo planeja um corte de 10% na tarifa geral de importação praticada pelo país. Além disso, prepara uma medida para zerar o imposto de importação de 11 produtos -incluindo o aço e bens que integram a cesta básica.

O corte de 10% se somaria a outro anunciado há cerca de seis meses, quando o governo reduziu as tarifas de importação também em 10%. Na época, a medida foi justificada pelo Ministério da Economia como uma forma de facilitar a entrada de bens estrangeiros e moderar a inflação.

Para o novo movimento, o Ministério de Relações Exteriores tem conversado com membros do Mercosul (Mercado Comum do Sul) para reunir consenso na decisão -mas, de acordo com integrantes do Executi-

vo, haverá a redução mesmo sem concordância dos demais países.

"O momento atual, em que temos uma pressão inflacionária forte na economia brasileira e gostaríamos de dar um choque de oferta [ao] facilitar a entrada de importações para dar moderação nos reajustes de preços, é ideal para fazer uma abertura, ainda que tímida, da economia", afirmou o ministro Paulo Guedes (Economia) na época da

A redução das tarifas de importação é uma das bandeiras de Guedes. A promessa estava no programa eleitoral do presidente Jair Bolsonaro em 2018.

Nas últimas semanas a equipe econômica chegou ao diagnóstico de que há um movimento internacional que vai na direção contrária a determinados

pressupostos da globalização e do livre-mercado. Com a guerra na Ucrânia, a tendência de diferentes países é tornar as cadeias de produção mais próximas de modo a não depender da producão externa.

Mesmo com o novo contexto internacional, no entanto, a ideia da redução das tarifas de importação continua. Uma das justificativas para prosseguir é que o governo já reduziu o IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), cujo corte foi de 35% –o que daria margem para baixar também as taxas de produtos estrangeiros.

No caso da medida que zera o imposto de importação, o objetivo é semelhante a outra iniciativa de março, tomada para tentar conter os efeitos da inflação. Naquele mês, foi zerado o imposto de importação do etanol e de seis produtos da cesta básica a um custo aproximado de R\$ 1 bilhão por ano.

O corte anterior foi aplicado para café, margarina, queijo, macarrão, açúcar e óleo de soja. Segundo o Ministério da Economia, são itens que registraram crescimento de preços acima da média nos últimos 12 meses e cuja redução beneficia principalmente a população de baixa

O governo também usa o contexto de elevação da arrecadação federal para cortar impostos com a justificativa de devolver o excesso de receitas à população. Analistas, no entanto, alertam que as medidas são tomadas em meio a um contexto de bonança que pode ser apenas conjuntural, e não estrutural, -e, por isso, há potencial de danos às contas públicas no futuro.

Nota

### BRASDESCO ELEVA PREVISÃO DO PIB PARA 1,5%

Os economistas do Bradesco estimam que a economia do Brasil vai crescer 1,5% neste ano. Revisaram a projeção ontem. Era de 1%. Ainda é um crescimento muito baixo do PIB, mas:

1) De 2017 a 2019, depois da Grande Recessão e antes da epidemia, o PIB cresceu em média 1,4% ao ano; 2) No início deste ano, a previsão mediana compilada no Boletim Focus, do Banco Central, era de alta de 0,3% do PIB; 3) Até 29 de abril, a mediana do Focus era de 0,7% (cerca de 130 instituições enviam semanalmente previsões econômicas para o BC). É a previsão mais recente do Focus; No primeiro trimestre deste 2022, o crescimento teria sido de 1,3%. Neste segundo, viria a ser de 0,3%, segundo o Departamento de Pesquisas e Estudos

Econômicos do Bradesco. No final da semana passada, os economistas do Itaú estimavam crescimento de 1% no primeiro trimestre e de 0,6% no segundo. O crescimento acumulado no primeiro semestre seria, pois, um tico além de 1,6%, na estimativa dos dois bancos. No segundo semestre, a economia entraria no vermelho: o PIB de cada trimestre seria menor do que o do anterior. A queda seria menor na estimativa do Bradesco, maior na do Itaú, que prevê crescimento anual de 1% neste 2022. Há risco de as previsões irem para o vinagre, claro. Há o risco de um choque financeiro causado pela mudança da política de juros nos Estados Unidos. A guerra na Ucrânia pode provocar novos danos na confiança e no preço das commodities. Os surtos de Covid na China derrubam a produção industrial do país, seu crescimento econômico e contribuem para a inflação mundial.

Diário do

www.diariodoacionista.com.br Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908 Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002 Tels.: (21) 3556-3030 / 96865-1628-Claro

99539-3634-Vivo

São Paulo Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000

### Administração - Redação

**CESAR FIGUEIREDO - Diretor** 

REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Folhapress e Agência Brasil

**FELIPE SOARES - Diretor** 

PAULO DETTMANN - Editor Chefe HAROLDO PAULINO - Diagramação redacaodiariodoacionista@gmail.com

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br





Tel.: (11) 2655-1899

Terça-feira, 10 de maio de 2022 Acionista



### COBRA BRASIL SERVIÇOS, COMUNICAÇÕES E ENERGIA S.A. CNPJ: 08.928.273/0001-02

l 1 e 2020. Ficamos a inteira disposição para quaisquer esclarecimanentos que se fizerem necessários. A Administração

Relátorio da Administração: Srs. Acionistas, apresentamo	os à V.S	as. as DFs rela	tivas aos exe		NPJ: 08.9 em 31/12/
Balanço Patrir	monial	Em MR\$ Control	adora	Consolid	tado
Ativo	Nota	31/12/2021			
<u>Circulante</u> Caixa e equivalentes de caixa Clientes	8	211.295 126.433	553.824 60.489	211.934 126.433	559.06 61.30
Impostos a recuperar Ativo de contrato	10 11	40.777	27.440	40.785	27.44 6.34
Adiantamentos Dividendos a receber	25 13	11.966	11.027 3.801	11.968	11.02
Dutros ativos	15	2.467 392.938	2.741 659.322	2.467 393.587	3.59 668.78
Ativo não circulante mantido para venda Não circulante	16	392.938	101.544 760.866	393.587	770.32
ΓVM–restrito Ativo de contrato	12 11	=	=	=	74 74.31
Saldos a receber de partes relacionadas R. e C.S. diferidos	14.a 24.a	23.439 14.060	21.765 14.053	23.439 14.060	21.76 16.01
Adiantamento para futuro aumento de capital Dutros ativos nvestimentos	14.b 15 17	2.033 5.868 709.537	2.368 4.347 528.259	2.033 5.868 708.908	4.34 481.49
mobilizado, líquido ntangivel	18	27.948 4	29.005	27.948	29.08
Fotal do ativo			599.804 1.360.670	782.260 1.175.847	627.82 1.398.15
As notas explicativas da Administra	•	Controla 31/12/2021 3	dora	Consolid	lado
Passivo Circulante	NOLA	31/12/2021 3	1/12/2020	31/12/2021 3	1/12/2020
ornecedores Provisão de fornecedor	19 19	38.958 48.392	26.066 8.137	38.963 48.392	26.38 8.41
Empréstimos e financiamentos Obrigações sociais e trabalhistas	20 21	115.072 39.886	172.853 36.438	115.072 39.886	174.81 36.43
mpostos a recolher Adiantamentos	22 25 26	7.000 67.053	3.025 83.836	7.000 67.053 9.911	3.43 83.83
Dividendos a pagar Não circulante	26	9.911 326.272	100.117 430.472	326.277	100.11 433.44
Empréstimos e financiamentos PIS e COFINS diferidos	20 23	Ξ	115.000	Ξ	128.20 7.25
Saldos a pagar à partes relacionadas I.R. e C.S. diferidos	14.c 24.b	2.754	2.968	2.754	2.96 14.04
Provisões para contingências	27 28	2.908 5.662	156 118.124	2.908 5.662	152.63
Patrimônio liquido Capital social Reserva de Lucro	20	609.721 234.172	349.721 462.353	609.721 234.186	349.72 462.35
Total do patrimônio líquido Total do passivo e do patrimônio líquido	1002107	843.893 1.175.827	812.074 1.360.670	843.907 1.175.847	812.07 1.398.15
As notas explicativas da Administra Demonstração do			te destas DF	s.	
	Nota	Controla 31/12/2021 3	1/12/2020 3		1/12/202
Receita operacional líquida Custos operacionais	29 30	830.147 (951.248)	892.750 (572.864)	830.147 (951.245)	899.18 (574.70)
Resultado bruto Despesas gerais e administrativas Outras receitas operacionais	31	(121.101) (35.087) 16.880	319.886 (40.945) 14.370	(121.098) (35.092) 16.880	324.48 (41.058 14.37
Resultado operacional antes do resultado financeiro e de		(18.207)	(26.575)	(18.212)	(26.688
participações societárias Resultado de participações societárias		(139.308)	293.311	(139.310)	297.80
Resultado de equivalência patrimonial Resultado na alienação de investimentos	17 17	192.175 (14.168)	199.866	192.175 (14.168)	197.68
Resultado financeiro Receitas financeiras	32	178.007 16.520	199.866 56.938	178.007 16.520	197.68 57.03
Despesas financeiras	32	(13.495) 3.025	(61.517) (4.579)	(13.495) 3.025	(62.646
Operações descontinuadas Redução do valor recuperável de ativo (impairment)	16	(4.184)	(41.331)	(4.184)	(41.33
Resultado de equivalência patrimonial	16	`4.184 	12.206 (29.125)	<u>4.184</u>	12.20
Resultado antes do I.R. e C.S. I.R. e C.S.	24 -	41.724	459.473	41.722	460.75
Correntes e diferidos Lucro líquido do exercício	24.c	41.731	(85.363) (85.363) 374.110	7 7 41.731	(86.641 (86.641 374.11
As notas explicativas da Administra Demonstração do Result		parte integran	te destas DF	s.	5/4.11
Bollionstiayao do Nosal		Controla 31/12/2021 3	dora	Consolic 31/12/2021 3	
Lucro líquido do exercício Outros componentes do resultado abrangente		41.731	374.110	41.731	374.11
Resultado abrangente total do exercício Resultado abrangente atribuível a: Proprietários da controladora		41.731	374.110 374.110	41.731	374.11 374.11
Participações não controladoras As notas explicativas da Administra	ção são	=	-	-	5/4.11
Demonstração das Mutações	2		o Em MR\$	2012	
	Res tado	ul- Propo de de dist	sta tri- Lucre		
Capital Reser- social valega	tran ções	com dividen	dos zos) a	cu-	Total pa trimônio liquido
Saldos em 01/01/2020 349.721 36.10. Lucro líquido do exercício -	2	– 132 – 132	2.101	- 168.203 110 374.110	517.92
Constituição de reserva legal – 18.70 Dividendos mínimos obrigatórios –	6		- (18.7 - (88.8	'06) – 851) (88.851)	(88.85)
Dividendos adicional aprovado Dividendos adicionais propostos	-	- 255	- (11.2 5.288 (255.2	265) (11.265) 288)	(11.26
Dividendos pagos Resultado de transações com acionista		).156 0.156		- 20.156	20.15
Saldos em 31/12/2020 349.721 54.80 Saldos em 01/01/2021 349.721 54.80 Lucro líquido do exercício			7.389 7.389	- 462.353 - 462.353 731 41.731	812.07 812.07 41.73
Aumento de Capital 28.a 260.000 (54.000 Constituição de reserva legal 2.08°		(206	.000)		71.70
Dividendos mínimos obrigatórios –	_			11) (9.911)	1001
			9.733 (29.7	33) –	
Saldos em 31/12/2021 609.721 2.89 As notas explicativas da Administra	ção são	0.156 211 parte integran	9.733 (29.7 I <b>.122</b> te destas DF	(33) 	
	ção são	parte integran Caixa Em MF	0.733 (29.7 I. <b>122</b> te destas DF R\$ ladora	(33) 494.173 s	843.89
Saldos em 31/12/2021 609.721 2.89 As notas explicativas da Administra  Demonstração dos Fli  Fluxo de caixa de atividades operacionais	ção são	parte integran Caixa Em MF Contro 31/12/2021	0.733 (29.7 1.122 te destas DF R\$ ladora 31/12/2020	(33) — 494.173 s. Consoli: 31/12/2021 3	843.89 dado 1/12/2020
As notas explicativas da Administrativas de Caixa de atividades operacionais  Lucro líquido do exercício  Aiustes em:	ção são	0.156 211 parte integran e Caixa Em MF Contro 31/12/2021 41.731	0.733 (29.7 1.122 te destas DF (\$) adora 31/12/2020	(33) — 494.173 s. Consolidation 31/12/2021 3 41.731	843.89 dado 1/12/202 374.11
As notas explicativas da Administrativas de caixa de atividades operacionais  Lucro líquido do exercício Ajustes em:  I.R. e contribuição corrente Resultado na alienação de investimentos	ção são	0.156 211 parte integran c Caixa Em MF Control 31/12/2021 41.731 (7) 14.168	0.733 (29.7 1.122 te destas DF R\$ ladora 31/12/2020	Consolication (7) 14.168 (7.254)	843.89 dado 1/12/202 374.11 100.69
As notas explicativas da Administrativas de caixa de atividades operacionais Lucro líquido do exercício Ajustes em: I.R. e contribuição corrente Resultado na alienação de investimentos PIS e Cofins diferido Contingências Juros e variação monetária	ção são	0.156 211 parte integran c Caixa Em MF Control 31/12/2021  41.731  (7) 14.168 2.752 5.468	0.733 (29.7 1.122 te destas DF (\$ adora 31/12/2020 374.110 99.416 — (1.482) 9.895	Consolidation (7) 14.168 (7.254) 2.752 5.468	843.89 dado 1/12/202 374.11 100.69 5 (1.482 9.89
As notas explicativas da Administrat  Demonstração dos Fli  Fluxo de caixa de atividades operacionais Lucro líquido do exercício Ajustes em: I.R. e contribuição corrente Resultado na alienação de investimentos PIS e Cofins diferido Contingências Juros e variação monetária Variação monetária passiva Depreciação e amortização	ção são	0.156 211 parte integran c Caixa Em MF Control 31/12/2021 41.731 (7) 14.168 2.752 5.468 2.843 5.389	0.733 (29.7 1.122 te destas DF (\$ ladora 31/12/2020 ) 374.110 99.416 — (1.482) 9.895 14 5.762	Consolidation (7) 14.168 (7.254) 2.752 5.468 14 5.389	843.89  dado 1/12/2020 374.11 100.69 (1.482 9.89 1 5.76
As notas explicativas da Administrativa de caixa de atividades operacionais Lucro líquido do exercício Ajustes em: I.R. e contribuição corrente Resultado na alienação de investimentos PIS e Cofins diferido Contingências Juros e variação monetária Variação monetária passiva Depreciação e amortização Impairment em investimentos permanentes Equivalência patrimonial	ção são	0.156 211 parte integran 2 Caixa Em MF Control 31/12/2021 41.731 (7) 14.168 - 2.752 5.468 2.843 5.389 (4.184) (192.175)	9.733 (29.7 1.122 te destas DF (3)	Consolidation (7) 14.168 (7.254) 2.752 5.468 14 5.389 (4.184) (192.175)	843.89 dado 1/12/202 374.11 100.69 5 (1.482 9.89 1 5.76 41.33 (209.895
As notas explicativas da Administra:  Demonstração dos Fli  Fluxo de caixa de atividades operacionais Lucro líquido do exercício Ajustes em: I.R. e contribuição corrente Resultado na alienação de investimentos PIS e Cofins diferido Contingências Juros e variação monetária Variação monetária passiva Depreciação e amortização Impairment em investimentos permanentes Equivalência patrimonial Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa IR/CS Diferidos	ção são	2.156 211 parte integran 2 Caixa Em MF Control 31/12/2021 41.731 (7) 14.168 - 2.752 5.468 2.843 5.389 (4.184)	9.733 (29.7 1.122 te destas DF (3 ladora 31/12/2020 99.416	Consolidation (7) 14.168 (7.254) 2.752 5.468 14 5.389 (4.184) (192.175) 1.468	843.89  dado 1/12/2020 374.11 100.69 5(1.482 9.89 1 5.76 41.33 (209.893 (14.053
As notas explicativas da Administrat Demonstração dos Fluxo de caixa de atividades operacionais Lucro líquido do exercício Ajustes em:  I.R. e contribuição corrente Resultado na alienação de investimentos PIS e Cofins diferido Contingências Juros e variação monetária Variação monetária passiva Depreciação e amortização monetaria provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa IR/CS Diferidos Remuneração do ativo ativo de contrato (Aumento) redução nos ativos operacionais	ção são	0.156 211 parte integran 2 Caixa Em MF Control 31/12/2021 41.731 (7) 14.168 - 2.752 5.468 2.843 5.389 (4.184) (192.175)	27.733 (29.7 1.122 te destas DF 3\$ [adora 31/12/2020] 374.110 99.416 — (1.482) 9.895 14 5.762 41.331 (212.072) 197	Consolidation (7) 14.168 (7.254) 2.752 5.468 14 5.389 (4.184) (192.175)	843.89  dado 1/12/202  374.11  100.69  (1.482 9.89 15.76 41.33 (209.899 19 (14.053 (6.41)
As notas explicativas da Administrat  Demonstração dos Fli  Fluxo de caixa de atividades operacionais Lucro líquido do exercício Ajustes em: I.R. e contribuição corrente Resultado na alienação de investimentos PIS e Cofins diferido Contingências Juros e variação monetária Variação monetária passiva Depreciação e amortização Impairment em investimentos permanentes Equivalência patrimonial Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa IR/CS Diferidos Remuneração do ativo ativo de contrato (Aumento) redução nos ativos operacionais Ativo de contrato Clientes Partes relacionadas	ção são	0.156 211 parte integran 2 Caixa Em MF Control 31/12/2021  41.731  (7) 14.168 2.752 5.468 2.843 5.389 (4.184) (192.175) 1.468 (65.944) (1.674)	2.733 (29.7 1.122 te destas DF (3 ladora 31/12/2020 )	Consolidation (7) 14.168 (7.254) 2.752 5.468 14 5.389 (4.184) (192.175) 1.468 (3.844) (317) (65.132) (1.674)	843.89  dado 1/12/2020 374.11 100.69 5.76 41.33 (209.893 (209.893 (209.893 (346 13.844 (632
As notas explicativas da Administrativa de caixa de atividades operacionais Lucro líquido do exercício Ajustes em: I.R. e contribuição corrente Resultado na alienação de investimentos PIS e Cofins diferido Contingências Juros e variação monetária Variação monetária passiva Depreciação e amortização Impairment em investimentos permanentes Equivalência patrimonial Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa IR/CS Diferidos Remuneração do ativo ativo de contrato (Aumento) redução nos ativos operacionais Ativo de contrato Clientes Partes relacionadas Impostos a recuperar Adiantamento	ção são	0.156 211 parte integran 2 Caixa Em MF Control 31/12/2021 41.731 41.731 (7) 14.168 - 2.752 5.468 2.843 5.389 (4.184) (192.175) 1.468 - (65.944) (1.674) (13.337) (939)	2.733 (29.7 1.122 te destas DF (3) (3) (3) (3) (4.482) (9.895 (14.053) (14.053) (307) (4.862) (5.646)	Consolidation (7) 14.168 (7.254) 2.752 5.468 14 5.389 (4.184) (192.175) 1.468 (3.844) (317) (65.132) (1.674) (13.338) (940)	843.89  dado 1/12/202  374.11  100.69  (1.485 9.89 15.76 41.33 (209.899 (14.055) (6.419 (346) 13.84 (633) (4.866) (5.64)
As notas explicativas da Administra:  Demonstração dos Fli  Fluxo de caixa de atividades operacionais Lucro líquido do exercício Ajustes em: I.R. e contribuição corrente Resultado na alienação de investimentos PIS e Cofins diferido Contingências Juros e variação monetária Variação monetária passiva Depreciação e amortização Impairment em investimentos permanentes Equivalência patrimonial Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa IR/CS Diferidos Remuneração do ativo ativo de contrato (Aumento) redução nos ativos operacionais Ativo de contrato Clientes Partes relacionadas Impostos a recuperar Adiantamento Outros Aumento (redução) nos passivos operacionais	ção são	0.156 211 parte integran 2 Caixa Em MF Control 31/12/2021  41.731  (7) 14.168 2.752 5.468 2.843 5.389 (4.184) (192.175) 1.468 - (65.944) (1.674) (13.337) (939) 7.949	2.733 (29.7 1.122 te destas DF (3) ladora 31/12/2020 (1.482) 9.895 14 5.762 41.331 (212.072) (14.053) (14.053) (2.194)	Consolidation (7) 14.168 (7.254) 2.752 5.468 14 5.389 (4.184) (192.175) 1.468 (3.844) (317) (65.132) (1.674) (13.338) (940) 32.776	843.89  dado 1/12/202 374.11 100.69 5(1.482 9.89 1 5.76 41.33 (209.893 (14.053 (6.413 (346 13.84 (633 (4.866 (5.64) (2.163
As notas explicativas da Administrato Demonstração dos Fluxo de caixa de atividades operacionais Lucro líquido do exercício Ajustes em:  I.R. e contribuição corrente Resultado na alienação de investimentos PIS e Cofins diferido Contingências Juros e variação monetária Variação monetária Possiva Depreciação e amortização Impairment em investimentos permanentes Equivalência patrimonial Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa IR/CS Diferidos Remuneração do ativo ativo de contrato (Aumento) redução nos ativos operacionais Ativo de contrato Clientes Partes relacionadas Impostos a recuperar Adiantamento Outros Aumento (redução) nos passivos operacionais Fornecedores Obrigações sociais e trabalhistas	ção são	2.156 211 parte integran 2 Caixa Em MF Control 31/12/2021 41.731 41.731 41.168 - 2.752 5.468 2.843 5.389 (4.184) (192.175) 1.468 - (65.944) (1.674) (13.337) (939) 7.949 53.147 3.448	2.733 (29.7 1.122 te destas DF (3 ladora 31/12/2020 ) (1.482) (9.895 ) (1.482) (9.895 ) (1.482) (1.482) (1.482) (1.482) (1.482) (1.482) (1.482) (1.48622) (1.48622) (1.48622) (1.48622) (1.48622) (1.48622) (1.48622) (1.486222) (1	733) — 494.173 s. Consolid 31/12/2021 3 41.731 (7) 14.168 (7.254) 2.752 5.468 14 5.389 (4.184) (192.175) 1.468 (3.844) (317) (65.132) (1.674) (13.338) (940) 32.776 52.557 3.448	843.89  dado 1/12/202 374.11 100.69 (1.48; 9.89; 15.76 41.33 (209.89; (14.05; (6.41); (344) 13.844 (63; (4.86); (5.64; (2.16; 12.87
As notas explicativas da Administra:  Demonstração dos Fli  Fluxo de caixa de atividades operacionais Lucro líquido do exercício Ajustes em: I.R. e contribuição corrente Resultado na alienação de investimentos PIS e Cofins diferido Contingências Juros e variação monetária Variação monetária passiva Depreciação e amortização Impairment em investimentos permanentes Equivalência patrimonial Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa IR/CS Diferidos Remuneração do ativo ativo de contrato (Aumento) redução nos ativos operacionais Ativo de contrato Clientes Partes relacionadas Impostos a recuperar Adiantamento Outros Aumento (redução) nos passivos operacionais Fornecedores Obrigações sociais e trabalhistas Pagamento de impostos correntes Adiantamento recebido de clientes	ção são	2.156 211 parte integran 2 Caixa Em MF Control 31/12/2021  41.731  (7) 14.168 2.752 5.468 2.843 5.389 (4.184) (192.175) 1.468 (65.944) (1.674) (13.337) (939) 7.949  53.147 3.448 (800) (16.783)	2.733 (29.7 1.122 te destas DF (3) ladora 31/12/2020 (1.482)	733) — 494.173 s. Consolidation of the consolidatio	843.89  dado 1/12/2022 374.11 100.69 5(1.482 9.89 1,5.76 41.33 (209.893 (14.053 (6.413 (346 13.84 (632 (4.860 (5.64) (2.162 12.87 10.24 (109.412 79.73
As notas explicativas da Administrato Demonstração dos Fluxo de caixa de atividades operacionais Lucro líquido do exercício Ajustes em: I.R. e contribuição corrente Resultado na alienação de investimentos PIS e Cofins diferido Contingências Juros e variação monetária Variação monetária passiva Depreciação e amortização Impairment em investimentos permanentes Equivalência patrimonial Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa IR/CS Diferidos Remuneração do ativo ativo de contrato (Aumento) redução nos ativos operacionais Ativo de contrato Clientes Partes relacionadas Impostos a recuperar Adiantamento Outros Aumento (redução) nos passivos operacionais Fornecedores Obrigações sociais e trabalhistas Pagamento de impostos correntes Adiantamento recebido de clientes Outros Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	ção são	0.156 211 parte integran 2 Caixa Em MF Control 31/12/2021 41.731 41.731 (7) 14.168 2.752 5.468 2.843 5.389 (4.184) (192.175) 1.468 - (65.944) (1.674) (13.337) (939) 7.949 53.147 3.448 (800)	2.733 (29.7 1.122 te destas DF (29.7) (20.2) te destas DF (29.7) (20.2)	733) — 494.173 s. Consolii 31/12/2021 3 41.731 (7) 14.168 (7.254) 2.752 5.468 14 5.389 (4.184) (192.175) 1.468 — (3.844) (317) (65.132) (1.674) (13.338) (940) 32.776 52.557 3.448 (800)	843.89  dado 1/12/202 374.11 100.69 5(1.482 9.89 1 5.76 41.33 (209.893 (14.053 (6.413 (346 13.84 (632 (4.866 (5.64) (2.162 12.87 10.24 (109.412 79.73 12.13
As notas explicativas da Administra:  Demonstração dos Fli  Fluxo de caixa de atividades operacionais Lucro líquido do exercício Ajustes em: I.R. e contribuição corrente Resultado na alienação de investimentos PIS e Cofins diferido Contingências Juros e variação monetária Variação monetária passiva Depreciação e amortização Impairment em investimentos permanentes Equivalência patrimonial Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa IR/CS Diferidos Remuneração do ativo ativo de contrato (Aumento) redução nos ativos operacionais Ativo de contrato Clientes Partes relacionadas Impostos a recuperar Adiantamento Outros Aumento (redução) nos passivos operacionais Fornecedores Obrigações sociais e trabalhistas Pagamento de impostos correntes Adiantamento recebido de clientes Outros Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais Fluxos de caixa de atividades de investimento TVM Aporte de capital	ção são	0.156 211 parte integran 2 Caixa Em MF Control 31/12/2021  41.731  (7) 14.168 2.752 5.468 2.843 5.389 (4.184) (192.175) 1.468 (65.944) (1.674) (13.337) (939) 7.949  53.147 3.448 (800) (16.783) (16.783) 3.733	2.733 (29.7 1.122 te destas DF (3) ladora (31/12/2020) (374.110 99.416	733) — 494.173 s. Consolid 31/12/2021 3 41.731 (7) 14.168 (7.254) 2.752 5.468 14 5.389 (4.184) (192.175) 1.468 — (3.844) (317) (65.132) (1.674) (13.338) (940) 32.776 52.557 3.448 (800) (16.783) (666)	843.89  dado 1/12/2022 374.11 100.69 5(1.482 9.89 1.5.76 41.33 (209.893 (14.053 (6.41) (14.053 (4.866) (5.64) (2.162 12.87 10.24 (109.412 79.73 12.13 305.98
As notas explicativas da Administra:  Demonstração dos Fli  Fluxo de caixa de atividades operacionais Lucro líquido do exercício Ajustes em: I.R. e contribuição corrente Resultado na alienação de investimentos PIS e Cofins diferido Contingências Juros e variação monetária Variação monetária passiva Depreciação e amortização Impairment em investimentos permanentes Equivalência patrimonial Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa IR/CS Diferidos Remuneração do ativo ativo de contrato (Aumento) redução nos ativos operacionais Ativo de contrato Clientes Partes relacionadas Impostos a recuperar Adiantamento Outros Aumento (redução) nos passivos operacionais Fornecedores Obrigações sociais e trabalhistas Pagamento de impostos correntes Adiantamento recebido de clientes Outros Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais Fluxos de caixa de atividades de investimento TVM Aporte de capital Alienação de ativo mantido para venda Alienação de investimento	ção são	0.156 211 parte integran 2 Caixa Em MF Control 31/12/2021 41.731 41.731 41.168 2.752 5.468 2.843 5.389 (4.184) (192.175) 1.468 - (65.944) (1.674) (13.337) (939) 7.949 53.147 3.448 (800) (16.783) 1.373 (156.107)	2.733 (29.7 1.122 te destas DF (3) ladora 31/12/2020 (1.482) 9.895 14 5.762 41.331 (212.072) 197 (14.053) - 13.550 (307) (4.862) (5.646) (2.194) 12.612 10.249 (109.122) 79.736 4.509 301.643	733) — 494.173 s. Consolidation of the consolidatio	843.89  dado 1/12/2022 374.11 100.69 5(1.482 9.89 15.76 41.33 (209.895 (6.415 (346 13.844 (632 (4.866 (5.647 (2.162 12.87 10.24 (109.412 79.73 12.13 305.98
As notas explicativas da Administra:  Demonstração dos Fli  Fluxo de caixa de atividades operacionais Lucro líquido do exercício Ajustes em: I.R. e contribuição corrente Resultado na alienação de investimentos PIS e Cofins diferido Contingências Juros e variação monetária Variação monetária passiva Depreciação e amortização Impairment em investimentos permanentes Equivalência patrimonial Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa IR/CS Diferidos Remuneração do ativo ativo de contrato (Aumento) redução nos ativos operacionais Ativo de contrato Clientes Partes relacionadas Impostos a recuperar Adiantamento Outros Aumento (redução) nos passivos operacionais Fornecedores Obrigações sociais e trabalhistas Pagamento de impostos correntes Adiantamento recebido de clientes Outros Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais Fluxos de caixa de atividades de investimento TVM Aporte de capital Alienação de ativo mantido para venda Alienação de investimento Partes relacionadas Recebimento de dividendos	ção são uxos de	0.156 211 parte integran 2 Caixa Em MF Control 31/12/2021  41.731  41.731  (7) 14.168 - 2.752 5.468 2.843 5.389 (4.184) (192.175) 1.468 - (65.944) (1.674) (13.337) (939) 7.949  53.147 3.448 (800) (16.783) (156.107)	2.733 (29.7 1.122 te destas DF (3) ladora 31/12/2020 (1.482) 9.895 14 5.762 41.331 (212.072) (14.053) - (14.053) - (15.646) (2.194) (109.122) 79.736 4.509 301.643 (107.237) - (3.420) 57.389	733) — 494.173 s. Consolid 31/12/2021 3 41.731 (7) 14.168 (7.254) 2.752 5.468 14 5.389 (4.184) (192.175) 1.468 — (3.844) (192.175) 1.468 (3.17) (65.132) (1.674) (13.338) (940) 32.776 52.557 3.448 (800) (16.783) (666) (147.343) 745 (60.000) 102.338	1/12/2026 374.11 100.69 5 (1.482 9.89 1 5.76 41.33 (209.895 (6.415 (346 13.84 (632 (4.860 (5.647) (2.162 12.87 10.24 (109.412 79.73 12.13 305.98 (107.237
As notas explicativas da Administra:  Demonstração dos Fli  Fluxo de caixa de atividades operacionais Lucro líquido do exercício Ajustes em: I.R. e contribuição corrente Resultado na alienação de investimentos PIS e Cofins diferido Contingências Juros e variação monetária Variação monetária passiva Depreciação e amortização Impairment em investimentos permanentes Equivalência patrimonial Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa IR/CS Diferidos Remuneração do ativo ativo de contrato (Aumento) redução nos ativos operacionais Ativo de contrato Clientes Partes relacionadas Impostos a recuperar Adiantamento Outros Aumento (redução) nos passivos operacionais Fornecedores Obrigações sociais e trabalhistas Pagamento de impostos correntes Adiantamento recebido de clientes Outros Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais Fluxos de caixa de atividades de investimento TVM Aporte de capital Alienação de ativo mantido para venda Alienação de ativo mantido para venda Alienação de investimento Partes relacionadas Recebimento de dividendos Aquisição de investimento Aquisição de investimento Aquisição de investimento Aquisição de investimento	ção são uxos de	0.156 211 parte integran 2 Caixa Em MF Control 31/12/2021  41.731  41.731  (7) 14.168 - 2.752 5.468 2.843 5.389 (4.184) (192.175) 1.468 - (65.944) (1.674) (13.337) (939) 7.949  53.147 3.448 (800) (16.783) 1.373 (156.107)  - (60.000) 102.338 48.055 (214) - 5.120	2.733 (29.7 1.122 te destas DF (3) (3) (3) (3) (3) (4) (4) (5) (5) (4) (6) (2.194) (107.237) (107.237) (107.237) (3.420) (5.738) (6.269) (4.949)	733) — 494.173 s. Consoli 31/12/2021 3 41.731 (7) 14.168 (7.254) 2.752 5.468 14 5.389 (4.184) (192.175) 1.468 — (3.844) (317) (65.132) (1.674) (13.338) (940) 32.776 52.557 3.448 (800) (16.783) (666) (147.343) 745 (60.000) 102.338 48.055 (214) — 5.120	843.89  dado 1/12/2020 374.11 100.69 5(1.482 9.89 15.76 41.33 (209.895 19 (14.053 (6.41) (346 13.84 (632 (4.860 (5.647 (2.162 12.87 10.24 (109.412 79.73 12.13 305.98 1.03 (107.237
As notas explicativas da Administra:  Demonstração dos Fli  Fluxo de caixa de atividades operacionais Lucro líquido do exercício Ajustes em: I.R. e contribuição corrente Resultado na alienação de investimentos PIS e Cofins diferido Contingências Juros e variação monetária Variação monetária passiva Depreciação e amortização Impairment em investimentos permanentes Equivalência patrimonial Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa IR/CS Diferidos Remuneração do ativo ativo de contrato (Aumento) redução nos ativos operacionais Ativo de contrato Clientes Partes relacionadas Impostos a recuperar Adiantamento Outros Aumento (redução) nos passivos operacionais Fornecedores Obrigações sociais e trabalhistas Pagamento de impostos correntes Adiantamento recebido de clientes Outros Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais Fluxos de caixa de atividades de investimento TVM Aporte de capital Alienação de investimento Partes relacionadas Recebimento de dividendos Aquisição de investimento	ção são uxos de	0.156 211 parte integran 2 Caixa Em MF Control 31/12/2021  41.731  (7) 14.168 2.752 5.468 2.843 5.389 (4.184) (192.175) 1.468 (65.944) (1.674) (13.337) (939) 7.949  53.147 3.448 (800) (16.783) 1.373 (156.107)	2.733 (29.7 1.122 te destas DF (3) ladora (31/12/2020) (374.110 (3.482) (3.895 (307) (4.862) (5.646) (2.194) (10.249 (109.122) (79.736 (4.509) (301.643) (3.420) (57.389 (6.269) (3.420) (57.389 (6.269) (3.420) (57.389 (6.269) (3.420) (57.389 (6.269) (3.420) (57.389 (6.269) (3.420) (57.389 (6.269) (3.420) (57.389 (6.269) (3.420) (57.389 (6.269) (3.420) (57.389 (6.269) (3.420) (57.389 (6.269) (3.420) (57.389 (6.269) (3.420) (57.389 (6.269) (3.420) (57.389 (6.269) (3.420) (57.389) (6.269) (3.420) (57.389 (6.269) (4.200) (57.389) (6.269) (4.200) (57.389) (6.269) (4.200) (57.389) (6.269)	Consolidation (7) 14.168 (7.254) 2.752 5.468 14 5.389 (4.184) (192.175) 1.468 (3.844) (317) (65.132) (1.674) (13.338) (940) 32.776 52.557 3.448 (800) (16.783) (666) (147.343)  745 (60.000) 102.338 48.055 (214)	843.89  dado 1/12/2020 374.11 100.69 5 (1.482 9.89 1 5.76 41.33 (209.895 (6.415 (346 13.84 (632 (4.866 (5.647 (2.162 12.87 10.24 (109.412 79.73 12.13 305.98 1.03 (107.237

Notas explicativas às DFs individuais e consolidadas (Em milhares de Reals, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional: A Cobra Brasil Serviços, Comunicações e Energia S.A. ("Cobra Brasil" ou "Cia."), é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 18/05/2007 e com sede na Av. Marechal Câmara, 160, Sala 1735, Município do RJ, RJ. A Cia. tem como objeto social (a) Holdings de instituições não financeiras, (b) Serviços combinados da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos e é determinada no reconhecimento inicial. Outros de escritório e apoio administrativo, (c) Administração de obras, (d) Construção de estações e redes de distribuição e passivos financeiros: Os passivos classificados nessa categoria são mensurados pelo valor de custo amortizado utili-

As notas explicativas da Administração são parte integrante destas DFs

(6.199)

(50.000)

308.496 245.328

553.824

308.496

(185.000)

(100.117)

(347.128) 559.061

211.934

(347.127)

(10.712)

(170.892)

(10.712)

(100.117)

(342.529) 553.824

211.295

115.000 (1.910) (7.281) (50.000)

55.80

310.789 248.272

559.06

310.789

ransmissão de energia elétrica, plantas de geração de energia elétrica e subestações, (e) Manutenção de estações e edes de distribuição e transmissão de energia elétrica, plantas de geração de energia elétrica e subestações, (f) Ins talação e manutenção elétrica, (g) Instalações de sistema de prevenção contra incêndio, (h) Montagem de estruturas metálicas, (i) Construção de redes de transportes por dutos, terrestres ou submarinos, exceto para água e esgoto, (j) Manutenção de Válvulas de processo, (k) Obras de montagem industrial e (l) Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás. 1.1. Controladas e Coligadas: Em 31 de dezembro, a Cia. detinha as seguintes participações societárias, seja como controladas ou controladas em conjunto (também definidas como "Grupo" quando mencionadas em conjunto com a Cia.):

% de participação no capital social 2021 2020 Controladas Sete Lagoas Transmissora de Energia S.A. ("Sete Lagoas") (i) 100,00 Cobra Brasil Construções S.A. ("Cobra Construções") ESB-Energia e Sustentabilidade do Brasil S.A ("ESB" 100,00 100,00 100 100 Solatio Energia Gestão de Projetos de Belmonte I Ltda. (Belmonte I) (ii) 100,00 Solatio Energia Gestão de Projetos de Belmonte II Ltda. (Belmonte ÍI) (ii) 100,00 100 Usina Geradora de Energia SGA Ltda. % de participação no capital social 2021 2020 Controladas em conjunto Brilhante Transmissora de Energia S.A. ("Brilhante") (iii) Brilhante II Transmissora de Energia S.A. ("Brilhante II") (iii) Mantiqueira Transmissora de Energia S.A. ("Mantiqueira") Chimarrão Transmissora de Energia S.A. ("Chimarrão") Engemisa Engenharia Limitada ("Engemisa") 25% 25% 1%

i) Ĕm 23/12/2Ŏ21, a totalidade dàs ações da Ćia. Sete Lagoas Transmissora de Energia S.A que pertenciam ao Cobra Brasil Serviços, Comunicações e Energia S.A. referente e Cobra Instalaciones y Servicios S.A. foram adquiridas pela Cia. Energética de Minas Gerais ("CEMIG"). (ii) Em 17/12/2021, a totalidade das ações da Cia. que pertenciam ao Cobra Brasil Serviços, Comunicações e Energia S.A. foram adquiridas pela Cia. Belmonte Solar Holding S.A. (iii) Em 01/02/2021, concretizou-se a venda das Brilhantes I e II, onde a , a totalidade das ações da Cia. que pertenciam ao Cobra Brasil Serviços, Comunicações e Energia S.A. foram adquiridas pela Cia. Celeo Redes Brasil S.A. Alguns detalhes das

concessões estão apresentados abaixo: 
 Concessão
 Contrato
 Início
 Término
 Localidade
 Km

 Sete Lagoas Brilhante
 006/2011
 16/06/2011
 15/06/2041
 Estado de Minas Gerais
 SE Sete Lagoas 4

 Brilhante
 008/2009
 27/04/2009
 26/04/2039
 Estado de Mato Grosso do Sul (MS) 543 Km + Subestações
 Sete Lagoas Brilhante 021/2012 27/08/2012 26/08/2042 Estado de Mato Grosso do Sul (MS) SE Sidrolândia 005/2016 03/06/2016 02/06/2046 Estado de Minas Gerais 18 SEs + 1.319 010/2019 22/03/2019 21/03/2049 Rio Grande do Sul 2 SEs + 910 Ki 18 SEs + 1.319 Km 2 SEs + 910 Km linha As linhas de transmissão estão parcialmente em fase pré operacional, pois alguns trechos já estão em energizados. A data prevista para a sua conclusão é 2022/2023. . **1.2. Corona vírus ("Covid-19"):** Em 11/03/2020, a Organização Mundial da Saúde declarou o surto de Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia. No Brasil, assim como em outros países do mundo, foram anunciadas medidas de estímulo à economia, ao crédito e à garantia de estabilidade do seto elétrico nacional. Desde então, a Cia. vem adotando medidas para a proteção, segurança e saúde de seus colaborado-res, suas famílias e as comunidades locais, a fim de proteger seu maior ativo – as pessoas – e reduzir a velocidade de disseminação do novo coronavírus no país. Assim, destacamos as principais medidas implementadas até o momento: Proteção da saúde dos colaboradores • Realização de Protocolo de testagens (PCR, Antígeno S e Sorológicos) em massa de colaboradores; • Criação de Linha de comunicação direta com os órgãos da vigilância epidemiológica dos ⁄lunicípios Abrangentes dos Projetos; • Parceria Direta com o NUPEN/UFRJ em programa de controle e testagens com Antígeno S, • Fortalecimento da equipe de Saúde Ocupacional da empresa; • Incremento da infraestrutura da Saúde dos Projetos; • Permanência em "Home-Office" para equipe coorporativa da empresa; • Permanência em "Home-Office" para colaboradores que atendam o requisito de grupo de risco da empresa; • Criação do comitê de crise da Cobra Bra-sil, • Reforço e incremento das reuniões periódicas da Diretoria "on-Line"; • • Sequenciamento e controle pós vacina. • A Cia. continua trabalhando na busca do cumprimento do cronograma de entrega dos projetos; 2 Base de preparação: Declaração de conformidade: As DFs foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronun-ciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, e evidenciam todas as divulgações relevantes próprias das DFs, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A Cia. também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As DFs foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 29/04/2022. **3 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas DFs estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Cia.. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo exceto quando indicado de outra forma. **4 Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas DFs, a Adminis tração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os va-lores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **Julgamentos:** A seguir são apresentados os principais julgamentos, efetuados pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo e que afetam mais significativamente os valores reconhecidos nas DFs. a. Contabilização de contratos de concessão: Na contabilização dos contratos de concessão, o Grupo efetua estimativas que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicação da interpretação de contratos de concessão, na determinação e classificação das parcelas das receitas atribuíveis aos gastos de melhoria e manutenção e à remuneração da construção, esta como ativo financeiro. *b. Reconhecimento do* ativo de contrato: Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investi-mento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Cia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa de desconto para o alor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores. *c. Receita de operação e manutenção:* Reconhecimento da receita de operação e manutenção, considerando uma margem sobre os custos incorridos para cumprimento das obrigações de performance de operação e manutenção previstas no contrato de concessão, após o término da fase de construção. *d. Remuneração sobre o* ativo de contrato: Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo de contrato reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica Remuneração do ativo le contrato, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto. e. Avaliação de instrumentos financeiros: O Grupo faz uso de técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota explicativa nº 33 oferece infornações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas pelo Grupo na determinação do valor de seus instrumentos financeiros. *f. Impostos, contribuições e tributos:* Existem incertezas relacionadas à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Em virtude da natureza de longo prazo e da complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registradas. O Grupo constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para consequências de auditorias, avaliadas como prováveis por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que atua. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamen-tos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir em uma ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio do Grupo. O .R. e a C.S. diferidos, bem como os tributos diferidos, são registrados com base nas diferenças temporárias entre as pases contábeis e as bases fiscais considerando a legislação tributária vigente. *g. I.R. e C.S. diferidos ativos:* O Grupo registra ativos relacionados a impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias entre as bases contábeis de ativos e passivos e as bases fiscais. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos à medida que as empresas esperam gerar lucro tributável futuro suficiente com base em projeções e previsões elaboradas pela Administração. Essas proje ões e previsões incluem diversas hipóteses relacionadas ao desempenho individual das empresas do Grupo e fatores que podem diferir das estimativas atuais. Em conformidade com a atual legislação fiscal brasileira, não existe prazo para a utilização de prejuízos fiscais. Contudo, os prejuízos fiscais acumulados podem ser compensados somente ao limite de 30% do lucro tributável anual. *h. Provisão para riscos:* O Grupo é parte em diversos processos judiciais e administrativos, conforme descrito na nota explicativa nº 27. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a pro-cessos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com razoabilidade. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões ecentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos exter nos. A Administração acredita que essas provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis estão corretamente mensu adas e apresentadas nas DFs. 5 Base de mensuração: As DFs individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção quando aplicável dos instrumentos financeiros ajustados para refletir a mensuração ao valor justo, conforme citado na nota explicativa nº 6. **6 Principais políticas contábeis:** O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas DFs. **a. Base de conso**idação: (I) Controlada: O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As DFs da controlada são incluídas nas DFs consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. Nas DFs individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. (*ii) Perda de controle:* Quando a Cia. perde o controle sobre uma controlada, o Grupo desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na anti-ga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle. *(iii) Transa***ções eliminadas na consolidação:** Saldos e transações intrá-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somen-te na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. *(iv) Investimentos contabiliza-***dos pelo método da equivalência patrimonial:** Os investimentos do Grupo contabilizados pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*). Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite ao Grupo controle compartilhado da entidade e dá ao Grupo direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos. Esses investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as DFs incluem a participação do Grupo no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. b. Reconhecimento de receita: A receita das controladas da Cia. compreende o valor justo dá contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Cia.. A receita é apresentada líquida dos impostos, das deduções e dos encargos. A Cia. reconhece suas receitas quando o /alor da receita puder ser mensurado com segurança e for provável que seus benefícios econômicos futuros fluirão para a Cia. e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades. (a) Receita operacional proveniente de prestação de serviços: A receita de um contrato para prestação de serviços é reconhecida de acordo com o estágio de conclusão do contrato. A política da Cobra Brasil para o reconhecimento de receita de contratos de construção está descrita a seguir: • Quando os resultados de um contrato de construção são estimados com confiabili-dade, as receitas e os custos são reconhecidos com base no estágio de conclusão do contrato no final do período nensurados com base na proporção dos custos incorridos em relação aos custos totais estimados do contrato, exceto quando há evidências de que outro método represente melhor a fase de execução do serviço. As variações nos custos com mão-de obra, reclamações e pagamentos de incentivos estão incluídas até o ponto em que esses custos possam ser mensurados com confiabilidade e seu recebimento seja provável. • Quando o resultado de um contrato de construção não pode ser estimado com confiabilidade, sua receita é reconhecida até o montante dos custos incorridos cuja recupe ração seja provável. Os custos de cada contrato são reconhecidos no resultado do período em que são incorridos. Quando for provável que os custos totais excederão a receita total de um contrato, a perda estimada é reconhecida imediatamente no resultado do exercício. • Os valores recebidos antes da realização do correspondente trabalho são registrados no balanço patrimonial como um passivo, na rubrica "Adiantamentos de clientes". Os montantes faturados pelo trabalho executado, mas ainda não pagos pelo cliente, são registrados no balanço patrimonial como um ativo, na rubrica "Contas a receber". c. Receita operacional proveniente de contratos de concessão: O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica celebrado entre a União (Poder Concedente–Outorgante) e a Sete Lagoas (Operadora) regulamenta a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pela Cia. e estabelece que ao final da concessão os átivos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder conce-dente mediante pagamento de uma indenização e regula o preço através do mecanismo Remuneração Anual Permitida (RAP). Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01–Contratos de Concessão, à qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de transmissão Os ativos de contrato são mensurados por custos amortizados, em conformidade com o CPC 47 – Receita de contrato, **d. Receitas e despesas financeiras**: As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método da taxa de juros efetiva. As despesas financeiras abrangem despésas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método da taxa de juros efetiva. e. Instrumentos Financeiros: Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, na data em que um contrato de derivativos é celebrado e custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando ncorridos, e posteriormente mensurados pelo valor justo, sendo as variações contabilizadas no resultado, na rubrica "Resultado financeiro". (i) Ativos financeiros não derivativos: Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado: Em 31/12/2020 e 2019 o Grupo possuía saldo de caixa e equivalentes de caixa e TVM classificados a valor justo por meio do resultado. Custo Amortizado: Em 31/12/2020 e 2019 os ativos financeiros do Grupo classificados nesta categoria, compreendiam o contas a receber de clientes e ativo de contrato, e são mensurados pelo custo amortizado usando o método de juros efetivo, conforme CPC 48. Passivos financeiros: (a) Classificação e mensuração: A Cia. possui passivos financeiros classificação depende

Empréstimos e financiamentos captados Amortização de empréstimos e financiamentos

Pagamento de dividendos

Amortização de juros de empréstimos e financiamentos

Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento

Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício

Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício

Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa

Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa

Terça-feira, 10 de maio de 2022 Acionista

1		_
	cohra	
	CODIG	
	CODIG	

### COBRA BRASIL SERVIÇOS, COMUNICAÇÕES E ENERGIA S.A. CNPJ: 08.928.273/0001-02

zando o método de taxa de juros efetiva. São apresentados como passivo cir- 9 Clientes culante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como passivos não circulantes) outros passivos financeiros da Cia. estão relacionados na Nota 33.1. (b) Balxa de passivo financeiro: A Cia. baixa os passivos financeiros somente quando suas obrigações são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado. f. Redução ao valor recuperável (Impairment): (I) Ativos financeiros não derivativos: São avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. (ii) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado: Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. (III) Ativos não financeiros: Todos os ativos não financeiros sujeitos a impairment são testados quanto a recuperabilidade quando há indício de que seu valor recuperável possa ser inferior ao valor contábil. g. Calxa e equivalentes de calxa: Os equivalentes de caixa são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sem restrição de uso. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros propósitos. h. Clientes: Compreendem o saldo do valor registrado ao custo amortizado, com utilização do método da taxa de juros efetiva, de contratos de prestação de serviços. Em relação aos saldos decorrentes das controladas concessionárias de transmissão de energia, referem-se aos créditos faturados aos agentes do setor conforme determinações do Operador Nacional do Sistema por meio dos Avisos de Créditos (AVCs) mensais. Parcela destes créditos é reconhecida como redução do ativo contratual do Grupo, oriundo dos serviços de construção prestados e a parcela remanescente, referente aos serviços de operação e manutenção, é reconhecida no resultado do exercício pela prestação destes serviços. i. Ativo mantido para venda: Um ativo não circulante é classificado como mantido para venda se seu valor contábil for recuperado, principalmente, por meio de uma transação de venda e não por meio de uso contínuo. Os critérios de classificação de itens mantidos para venda são considerados como atendidos somente quando a alienação for altamente provável e o ativo ou grupo de ativos estiver disponível para venda imediata em sua condição atual. O grupo de ativos mantidos para a venda é mensurado pelo menor entre seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. Caso o valor contábil seja superior ao seu valor justo, uma perda por impairment é reconhe-cida em contrapartida do resultado. Qualquer reversão será registrada somente até o limite da perda reconhecida. Ativos e passivos classificados como mantidos para venda são apresentados separadamente no balanço patrimonial. A classificação como uma operação descontinuada ocorre mediante a alienação, ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda, se isso ocorrer antes. Uma operação descontinuada é um compo-nente de um negócio da Cia. que compreende operações e fluxos de caixa que podem ser claramente distintos do resto da Cia. e que representa uma importante linha de negócios separada ou área geográfica de operações. O resultado das operações descontinuadas é apresentado em montante único na demonstração do resultado, contemplando o resultado total após o I.R. destas operações menos qualquer perda relacionada a impairment. Os fluxos de caixa líquidos atribuíveis às atividades operacionais, de investimento e de financiamento das operações descontinuadas são apresentados separadamente em nota explicativa. **J. Tributação e encargos regulatórios:** A receita de prestação de serviço de transmissão está sujeita aos seguintes impostos, taxas e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: • Contribuição para Financiamento da Seguridade Social–COFINS e Programa de Integração Social–PIS às alíquotas de 7,6% e 1,65%, quando o regime de tributação for lucro real e quando a tributação for lucro presumido alíquotas de 3,00% e 0,65% respectivamente; • Reserva Geral de Reversão–RGR ao valor mensal fixado pelos Despachos emitidos pela ANEEL; • Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica–TFSEE mensal fixado pelos Despachos emitidos pela ÁNEEL. • As concessionárias e permissionárias de serviços públicos de transmissão de energia elétrica estão obriga-das a destinar anualmente o percentual de 1% de sua receita operacional líquida, apurada de acordo com o disposto no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico, conforme Lei nº 9.991/00 e Resolução Normativa Aneel nº 504/12. k. l.R. e C.S.: O l.R. e a C.S. do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para l.R. e 9% sobre o lucro tributável para C.S. sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de C.S., limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com I.R. e C.S. compreende os impostos de renda e C.S. correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. (i) Despesas de I.R. e C.S. corrente: A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impos-tos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. (ii) Despesas de I.R. e C.S. diferido: Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferidos com relação as diferidos com relações diferi renças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de DFs e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de I.R. e C.S. diferida. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, basean-do-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias de correntes da maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. I. Provisões: As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seia possível estimar os valores de forma confiável e cuia liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (quando o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). m. Dividendos: A Cia. registra, em bases anuais, os dividendos mínimos obrigatórios como passivo (quando aplicável), a menos que esse dividendo mínimo tenha sido efetivamente pago antes do encerramento do exercício. Di-videndos complementares ao mínimo obrigatório são registrados como passivo na data em que seu pagamento for aprovado em Assembleia de Acionistas ou por outro órgão competente da Administração da Cia.. Dividendos propostos pela Administração da Cia., em consonância com a Lei das S.A., são divulgados em nota explicativa. 7 Novas normas e interpretações ainda não adotadas: Uma série de novas normas entraram em vigor a partir de 1º/01/2020, a Cia. não identificou nestas novas normas contábeis, cenários que talvez podessem ocasionar impactos relevantes nestas DFs. a. Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (CPC 25): As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a perío-dos anuais com início em ou após 1º/01/2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Os comparativos não são representatados. A Cia. entende que todos os contratos existentes em 31/12/2020 foram concluídos antes das alterações entrarem em vigor, e pela dinâmica do negócio da Comapnhia, tem-se as revisões periódicas da Aneel sobre o preço das tarifas e receitas anuais permitidas, onde há uma "equalização" financeira respaldade pelos contratos de concessão firmado com o poder concedente. b. Reforma da taxa de juros de referência – Fase 2 (CPC 48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06): As alterações tratam de questões que podem afetar as DFs como resultado da reforma de taxa de juros de referência, incluindo os efeitos de mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de hege decorrentes da substituição da taxa de juros de referência por uma taxa de referência alterna tiva. As alterações fornecem expediente prático para certos requisitos do CPC 48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06 relacionados a: (iii) Mudança na base para determinação dos fluxos de caixa: As alterações exigão que uma enti dade contabilize a alteração na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro ou passivo financeiro que é exigida pela reforma da taxa de juros de referência atualizando a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro. Em 31 de dembro de 2020, a Cia, possui debêntures emitidas que foram negociadas no mercado, e não há evidências concretas de que as taxas praticadas, possam sofrer alterações drásticas que impactem estas desmonstrações financeiras. (iv) Contabilidade de Hedge: A Cia. considera que não haverá impactos relevantes neste quesito, em decorrência do segmento que opera dentro do mercado elétrico brasileiro, que é fortemente regulado pelo estado. Além disto, a Cia. não está sujeita diretamente às oscila ções cambiais da moeda funcional. (v) Divulgação: As eventuais alterações que possam ocorrer serão consideradas na nota explicativa 22.1. (vi) Transição. A Cia. acompanhará os desdobramentos destas alterações, avaliando os impactos efetivos destas alterações a partir de 1/01/2021. A aplicação não terá impacto nos montantes reportados para 2020 ou períodos anteriores. c. Outras Normas: Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas DFs da Cia.: • Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (CPC 06) • Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (CPC 27) • Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (CPC 26) • IFRS olidado

17 Contratos de Seguros (CPC 50)			
8 Caixa e equivalentes de caixa	Contro	Consc	
	2021	2020	2021
Caixa, Bancos e Operações com Hedge (Caixa e Equivalentes de Caixa)	102.065	14.448	102.704
Aplicações financeiras de liquidez imediata (TVM) (a)	109.230	539.376	109.230
(-) A	211.295	553.824	

(Caixa e Equivalentes de Caixa)	102.065	14.448	102.704	15.046
Aplicações financeiras de liquidez				
imediata (TVM) (a)	109.230	539.376	109.230	544.015
	211.295	553.824	211.934	559.061
(a) A composição das aplicações finance	iras está	detalhada	a abaixo.	

				Controladora		Consolidado		
	20 20 20 20		Meta de					
- 1	Instituição	Tipo de	Remunera-					
- 1	Financeira	Aplicação	cão	2021	2020	2021	2020	

CDB

curto prazo e não para investimentos ou outros propósitos.

Darioo Caritariao	ODD	00 10 001	100.200 010.001	100.200	011.010
Banco Itaú BBA	CDB	99% CDI			
2 2 22 2			109.230 539.376		
O caixa e equivalen					
em um montante co					
de caixa são mantid	os com a i	inalidade de	atender a compror	nissos de	caixa de

99% CDI 109 230 510 354 109 230 544 015

9 Clientes	Contr	oladora	Consolidado							
	2021	2020	2021	2020						
Clientes	83.93	6 61.539	83.936	62.351						
Obra em curso	38.59	5 -	38.595	_						
Retenção Contratual	390	2 418	3.902	418						
Perda de crédito esperada (PCE) (a)	52	-(1.468)		(1.468)						
	126.43	3 60.489	126.433	61.301						
(a) A Cia. provisionou como perda de crédito esperada era as faturas vencidas										
há mais de 120 dias e vem negociando	o com os	respectivo	s clientes	o efetivo						
recebimento desses valores.										
	Con	troladora	Conso	lidado						
	202	1 2020	2021	2020						
A vencer	67.1	162 50.56	7 67.162	51.358						
Vencidos até 90 dias	2	216 6.87	4 216	6.875						
Vencidos há mais de 90 dias	16.5	558 3.04	8 16.558	3.068						
	83.9	36 60.48	9 83.936	61.301						
10 Impostos a recuperar	Controla	dora	Consolid	dado						
· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	2021	2020	2021	2020						
IRRF a Compensar	14.902	2.951	2.958	2.958						
IR Recolhido por Estimativa	562	6572	562	6572						
Saldo Negativo IR e CSLL	11.546	2910	11.546	2.910						
CSLL Retida na Fonte	1.406	1.150	1.406	1.150						
OULL I TOTAL I TOTAL										

203

350

1.570

10.238

40.77

40.777

1993

1.566

9.917

27.440

27.440

Controladora

349

203 350

1.570

10.238

40.785

40.785

Consolidado

CSLL Recolhida por Estimativa

PIS Retido na Fonte

INSS a Compensar

ISS a Compensar

Circulante

Ma

En

Ativo

2020

Circulante

Não Circulante

COFINS Retida na Fonte

40.777 27.440 40.785 27.447

11 Ativo de Contrato: Para o exercício findo em 31/12/2021, o saldo encontra-se zerado devido a venda dos projetos de transmissão (Sete Lagoas e Brilhates I e II). Em 2020, o saldo era de 80.666 milhões (R\$6.348 no circulante e R\$74.318 no não circulante ). **12 TVM**-restrito: Para o exercício findo em 12/2021, o saldo encontra-se zerado. Em 2020, o saldo de R\$ 745 refere-se ao depósito vinculado para garantia do pagamento do empréstimo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES"), mantido em fundo de investimento junto ao Banco Santander, com meta de remuneração de 100% do CDI. Durante todo o prazo do contrato, a Cia. manteve em favor deste uma conta reserva, com recursos vinculados, no valor correspondente ao serviço da dívida de três meses, sendo que a movimentação dessa conta só pode ser realizada com autorização formal do BNDES. Após a venda da Sete Lagoas Transmissora, esse saldo não passou a não ser mais consolidado pela Cobra. 13 Dividendos a receber: Durante o ano de 2021 não foram constituídos dividendos a receber

	2021	2020	2021	2020	
Sete Lagoas		3.801			
		3.801			
14 Partes relacionadas: a. Saldos	a receber o	le partes i	elacionac	las	
	Control		Consolidado		
	2021	2020	2021	2020	
Cobra Instalações e Serviços	22.160	21.511	22.160	21.511	
Sete Lagoas	-	_	-	-	
Consórcio Cobelux Serra da Mesa	_	_	-	-	
Consórcio Cobelux Norte	258	234	258	234	
Consórcio Cobelux ABC	-	_	_	100	
Etrabras	863	_	863		
Engemisa	158	_	158	_	
Brilhante	<del></del>	17	-	17	
Brilhante II	-	3	-	3	
Outros					
	23.439	21.765	23.439	21.765	
b. Adiantamento para futuro aumei	nto de capi	ital			

Consolidado 2021 2020 Controladora 2021 2020 Sete Lagoas Guaporé Cobra Construções 50 25 25 2.318 162 43 12 6 162 43 12 6 Belmonte I Belmonte II Belmonte Solar Pirapora Araçuai Varjão de Minas Boicauva Mirabela Cristino Castro 301 Novas Sociedades GD e GC 1.432 Mundo Novo 2.033 2.033 50 2.368 c. Saldo a pagar a partes relacionadas Controladora Consolidado 2021 2020 2021 2020 Cobra Instalaciones y Servicios S.A. CONSÓRCIO LUSITEC 763 954 763 954 Engemisa 1.991 2.014 1.991 2.014 Jauru 1993 Outros 349 2.754 2.968 2.754 2.968 1.566 d. Resultado com partes relacionadas Mantiqueira Chimarrão 9.917 Receita de construção Impostos sobre serviços 175.291 (6.162) 169.129 189.314 32 (6.432 182.882 Receita Líquida (218.701)(150.921 27.447 Gastos Diretos (14.980)(8.208 Gastos com materiais aplicados na Obra Juros e multa (251)Custos Operacionais Resultado antes do I.R. e C.S. 233.932) (64.803) (159.203 23.679

15 Outros ativos	Controladora Consolidado							
	2021	2020	2021	2020				
Prêmio de seguros a apropriar	1.876	2.393	1.876	2.393				
Bloqueios e depósitos judiciais	5.868	4.347	5.868	4.347				
Outros	591	348	591	1.205				
	8.335	7.088	8.335	7.945				
Circulante	2.467	2.741	2.467	3.598				
Não circulante	5.868	4.347	5.868	4.347				
	8.335	7.088	8.335	7.945				
16 Ativo não circulante mantido para ver								

e. Remuneração da administração: Em 31/12/2021, a despesa com remu

neração de administradores na controladora e no consolidado foi de R\$3.125 (R\$3.935 em 2020).

tizou-se a venda das Brilhantes I e II para Celeo Redes Brasil S.A pelo valo líquido de R\$102.338. Valores contábeis Brilhantes I e II

Patrimônio líquido	Brilhante	Brilhante II	Total do	Inves	timento
Capital social	115.300	12.960		Di Contraction de la contracti	128.260
Reserva legal	6.697	614			7.31
Dividendo adicional proposto	3.915	2.647			6.562
Resultado de 2021	3.993	879			4.872
Outros ajustes		848			848
Total do patrimônio líquido	129.905	17.948		8	147.853
Redução do valor recuperável de ativo (impairment) 2020 Redução do valor recuperável de ativo (impairment) 2021					(41.331 (4.184 (45.515
					102.33
17 Investimentos		Controlad	ora C		idado
	-	2021 2	020 20	21	2020
Em controladas	-	29 6	1.411		anare sil
Em controladas em conjunto		709.508 46	6.848 708	3.908	481.49
		709.537 52	8.259 708	3.908	481.49
0 1 1					

,	7)	Aumento	Alienação de	Resultado de	Transferência para	Baixa pela	Ganho/Perda		
	2020	de capital	investimento	equivalência	aumento de Capital	Venda	na alienação	Outros	2021
ete Lagoas (i)	49.061		(48.055)	5.180	· -	3.798	(9.984)		100
rilhante I		- I	- 19 <u>- 1</u>	4.022		-	(4.073)	51	100
rilhante II				954		-	(111)	(843)	E-
obra Construções	(2.299)		S-	(19)	_	-		2.968	650
himarrão	117.549	20.000	S-	55.244	· —	-	-	_	192.793
antiqueira	349.300	40.000	S-	126.816	_	-	-		516.116
ngemisa	(1)			-	· -	. <del></del>	-	-	(1)
elmonte I (ii)	4.988	_	S	(1)	(4.988)	988	-	(987)	
elmonte II (ii)	9.661		S-	(1)	(9.661)	1.334	-	(1.333)	
SB-Energia & Sustentabilidad	S S		· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	(21)	<u> </u>	a — —	-	50	29
1.50	528.259	60.000	(48.055)	192.175	(14.649)	6.120	(14.168)	(94)	709.587
O saldo em questão é referente	ao ganho r	na venda de	Sete Lagoas.	ii) Os saldos sã	io referentes as venda	as de Belmor	ntes I e II. venda.		
	95		10000		Consolidado				

Controladora

2024

· ·	Consolidado Aumento de Alienação de Resultado de Transferência para Baixa pela							
	2020	capital			aumento de Capital	Venda	Outros	2021
Chimarrão	117.549	20.000	_	55.244			_	192.793
Mantiqueira	349.300	40.000	9-	126.816	<del>-</del> 2			516.116
Engemisa	(1)	· ·		9	<del>-</del> 8		-	(1)
Belmonte I (investimento em curso)	4.988	37.541	77	(1)	(4.988)	(36.553)	(987)	
Belmonte II (investimento em curso)	9.661	71.433		(1)	(9.661)	(70.099)	(1.333)	-
- N (##	481.497	168.974	_	182.058	(14.649)	(106.652)	(2.320)	708.908

481.497 168.974 Informações relevantes sobre as controladas e controladas em conjunto:

1-1		Control of the Contro		2021		
0	CONTRACT BOOKS ME MOST	Quantidade total de ações ou quotas possuídas	Participação em %	Capital social	Lucro (prejuízo) líquido das investidas	Dividendos
	Cobra Construções	5.173.466	100	5.173	(19)	
	Energia e Sustentabilidade Controladas em conjunto	50.000	100	50	(4)	
s	Mantiqueira	153.750	25	615.001	544.977	
а	Chimarrão	77.000	25	308.001	242.619	
-				2020		

Controladas		total de ações possuídas	Participação em %	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Lucro (prejuízo) líqui- do das investidas	Dividen- dos
Sete Lagoas Transmissora de Energia S.A		999.999	100	36.857	49.061	2.182	1-
Cobra Construções		455.466	100	4.555	6	(5)	
Controladas em conjunto						7.000 ft.	
Mantiqueira Transmissão de Energia S.A.		113.750.250	25	455.001	1.397.198	633.785	
Chimarrão Transmissora de Energia S.A.		57.000.250	25	228.001	470.195	198.747	-
Controladas	Cobra	Energia e			Contro	ladora	
Balanco natrimonial	Construções	Sustentabilida			ização Variação	Juros Apro- Amortização	

Circulante

Itaú

Não circulante

Empréstimo

303.024

BNDES

Circulante Não circulante

19

22

630

Não circulante			-	
Total do ativo		630	22	19
Passivo:			230055	-10-00.5
Circulante		4	3	1
Não circulante		25	19	
Total do passivo		29	22	1 .
Patrimônio líquido		620	6	21
Resultado do exercício		(19)	(5)	(4)
Controladas em conjunto:	Chima	rrão	Mantio	ueira
Balanço Patrimonial	2021	2020	2021	2020
Ativo:		/	DOMESTIC LIVE SALE.	
Circulante	231.427	705.451	238.814	181.834
Não circulante	3.378.025	1.855.833	6.376.531	4.508.289
Total do ativo	3.609.451	2.561.284	6.615.346	4.690.123
Passivo:				
Circulante	344.448	310.639	605.195	745.003
Não circulante	2.472.190	1.780.450	3.907.975	2.547.922
Total do passivo	2.816.637	2.091.089	4.513.170	3.292.925
Patrimônio líquido	550.195	470.195	1.557.199	1.397.198
Resultado do exercício	242.619	198.747	544.977	633.785
18 Imobilizado		Contro	ladora	

	Taxa Depre- ciação	2020	Adi- cões	Bai- xas	Depre- ciação	2021			
/eículos	20%	5.948	_	(110)	(1.380)	4.458			
Computadores e periféricos	20%	2.355	1.141	(674)	(840)	1.982			
Nóveis e utensílios	10%	2.121	1.030		(389)	2.762			
Máguinas e equipamentos	10%	17.899	2.112	(4)	(2.374)	17.634			
erramentas Benfeitorias em imóveis de	20%	682	836	_	(406)	1.113			
erceiros	20%	_	_		_	_			
		29.005	5.120	(788)	(5.389)	27.948			
92		С	onsoli	dado					
-	Taxa								

	Deprecia- ção	2020	Adi- cões	Bai- xas	Depre- ciação	2021
Veículos	20%	5.948	_	(110)	(1.380)	4.458
Computadores e periféricos	20%	2.355	1.141	(674)	(840)	1.982
Móveis e utensílios	10%	2.121	1.030	-	(389)	2.762
Máguinas e equipamentos	10%	17.899	2.112	(4)	(2.374)	17.634
Ferramentas Benfeitorias em imóveis de	20%	682	836	`-	(406)	1.113
terceiros	20%		_	_	_	_
		29.005			(5.389)	27.948
	1	C	onsoli	dado		77
	Taxa Depre-	Δ	di-		Depre-	0000

		Deprecia		Adi		Depre-		an
		ção	2020			ciação	2021	àр
	Veículos	20%	5.94	8	-(110)	(1.380)	4.458	me
2	Computadores e periféricos	20%	2.35	5 1.14	11 (674)	(840)	1.982	liqu
	Móveis e utensílios	10%	2.12	1 1.03	30 –	(389)	2.762	taç
	Máquinas e equipamentos	10%	17.89	9 2.11	12 (4)	(2.374)	17.634	еa
	Ferramentas	20%	68	2 83	36 -	(406)	1.113	da
	Benfeitorias em imóveis de							Co
	terceiros	20%	- 1					ser
2			29.00	5 5.12	20 (788)	(5.389)	27.948	no
				Cons	olidado		-0.	tra
		Taxa						COI
		Depre-		Adi-		Depre-		pro
		ciação	2019	ções	Baixas	ciação	2020	vez
	Veículos	20%	8.030		_	(2.293)	5.737	pag
	Computadores e periféricos	20%	1.851	1.667	(267)	(779)	2.472	do
	Móveis e utensílios	10%	2.156	303		(330)	2.122	COL
1	Máquinas e equipamentos			3.041	(942)	(2.341)	18.072	tiza
	Ferramentas	20%	942	28	_	(288)	682	dív
	Benfeitorias em imóveis de							pel
•	terceiros	20% _	1.461		(1.461)			(su
					(2.677)	(6.031)	29.085	tota
	19 Fornecedores e provisã	o de forn	ecedor	es				COL
			_	Contr	oladora	Conso	lidado	21
	FEDERAL 02 AV 07-000-04			2021	2020	2021	2020	
8	Fornecedores-materiais e s	erviços	87	32.43	8 24.730	32.433	25.049	Sa

6.520

1.336

38.958 26.066

6.520

8.101 48.459

87.484 34.167 87.412 34.798

38.953 26.385

1.336

Fornecedores-retenções contratuais

20 Empréstimos e financiamentos

Provisão de fornecedores

Total

Banco Itaú: Durante o ano de 2021 a empresa não quitou empréstimos. Em
27/12/2019, a Cia. assinou junto ao Banco Itaú, um contrato de Empréstimo no
valor de US\$ 41.975 (R\$ 170.000), com remuneração de CDI + 1,0% a.a., com
vencimento em 21/01/2021. O Empréstimo foi em dólar, com taxa fixada em
R\$ 4,05. BNDES: Em 15/08/2014, a Controlada Sete Lagoas Transmissora de
Energia S.A. assinou um Contrato de Empréstimo mediante abertura de crédito
estabelecido com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
(BNDES), destinado à implantação do sistema de transmissão composto pela
subestação Sete Lagoas 4 em 345/138 kV e dois trechos de linha de transmissão
com aproximadamente 1 Km em 345 kV, todas no estado de Minas Gerais. O
empréstimo foi quitado durante o ano de 2021. • Subcrédito A-Principal de R\$
18.262 sobre o qual incidem juros de 1,97% ao ano acima da Taxa de Juros de
Longo Prazo-TJLP. O montante correspondente à parcela da TJLP que vier a
exceder 6% a.a. (URTJLP) é capitalizado mensalmente no dia 15 de cada mês
da vigência do Contrato e no seu vencimento ou liquidação. A amortização e
pagamento de juros serão realizados em 168 prestações mensais e sucessivas,
vencendo-se a primeira prestação em 15/12/2014 e a última em 15/11/2028. •
Subcrédito B-Principal de R\$ 6.100 sobre o qual incidem juros de 1,57% ao
ano acima da Taxa de Juros de Longo Prazo-TJLP. O montante correspondente
à parcela da TJLP que vier a exceder 6% a.a. (URTJLP) é capitalizado mensal-
mente no dia 15 de cada mês da vigência do Contrato e no seu vencimento ou
liquidação. A amortização e pagamento de juros serão realizados em 168 pres-
tações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira prestação em 15/12/2014
e a última em 15/11/2028. O financiamento é garantido por: (i) Penhor de direitos
da concessão; Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos, Administração de
Contas e outras Avenças; (ii) Diretos creditórios, provenientes da prestação de
serviços de transmissão de energia elétrica, previsto no Contrato de Concessão,
no CPST-Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão e no CUST-Con-
trato de Uso do Sistema de Transmissão. (iii) Direitos creditórios das seguintes
contas: • Conta Centralizadora, na qual serão depositados todos os recursos
provenientes dos direitos cedidos. • Conta Reserva, constituída com saldo de 03
vezes o valor da última prestação mensal vencida no serviço da dívida, incluindo
pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida, até a liquidação
do financiamento. (iv) Fiança Bancária Itaú Unibanco. Adicionalmente, de acordo
com as cláusulas contratuais, a Cia. deve atender, durante o período de amor-
tização do contrato, os seguintes índices financeiros: • Índice de cobertura da
dívida–Fluxo de caixa disponível para pagamento da dívida no período dividido
pelo montante de juros a pagar, adicionado do montante amortizado do principal
(superior ou igual a 1,3 vezes). • Índice de capitalização (Patrimônio líquido/ativo
total) igual ou superior a 0,3 (três décimos). Em 31/12/2021 a Cia. estava em
total) igual ou superior a 0,5 (tres declinos). Em 31/12/2021 a Cia. estava em

Consolidado

ção tação principal cambial priados - (170.000) (892) 8.823

(892)

2021

115.072

Varia- Juros Amorti-

Apro- zação de

8.652 (10.712) 115.072

Amorti-

zação do

172.853

115,000

174.818

128.206

303.024

21 Obrigações sociais e trabalhistas Controladora Consolidado 2020 2020 2021 1.772 503 13.583 13.920 1.772 503 13.583 13.920 Salários a Pagar Provisão de Férias 13.529 INSS a pagar 13.529 8.630 8.630 FGTS a pagar 2.026 2.250 2.250 11.135 36.438 Outros 8.976 8.976 11.135

conformidade com as cláusulas contratuais dos empréstimos sitados acima.

Banco Santander

Terça-feira, 10 de maio de 2022 Acionista

### COBRA BRASIL SERVIÇOS, COMUNICAÇÕES E ENERGIA S.A. CNPJ: 08.928.273/0001-02

22 Impostos a recolher	Control	adora	Consol	idado	67
	2021	2020	2021	2020	
ISS	3	-	3	-	
Tributos retidos na fonte	4.260	2.084	4.260	2.084	b
IRPJ a pagar	-		-	413	S
PIS	226	31	226	31	é
COFINS	1.048	154	1.048	154	1
Outros impostos a pagar	1.464	756	1.464	756	
	7.001	3.025	7.001	3.438	1

23 PIS e COFINS diferidos: Em 31/12/2020, o saldo dos impostos diferidos do consolidado foi de R\$7.254. Não há valores diferidos em 31/12/2021 em decorrência da venda das ações da empresa Sete Lagoas Transmissora de Energia S.A., como informado na nota explicativa nº1. Montante relacionado à diferença temporária sobre as receitas do Ativo contratual, na aplicação do CPC 47, que será amortizado até o final do prazo da concessão. **24 Impostos de renda e C.S.: a. Diferidos:** No ano de 2021, forma revertidos os valores de IR diferido e CS diferida em decorrência da realização das diferenças tempo-rárias registradas em 2020. O saldo em 31/12/2021 foi constituído com base em projeções e estimativas de recuperação do prejuízo fiscal apurado no ano corrente. b. Correntes:

	2021	2020	2021	2020
Lucro antes do I.R. e C.S. Despesa de I.R. e C.S. à aliquota	41.724	459.473	41.724	460.751
de 34% Adicões (exchisões)	(14.186)	(156.221)	(14.186)	(156.655)
Pre juizos fiscais		2.399		2.399
Equivalência patrimonial	66.382	72.104	66.382	71.362
Diferença permanente	(197)	(1.462)	(197)	(1.563)
Diferença temporária	(16.308)	(16.236)	(16.308)	(16.236)
Prejuizo fiscal - ativo diferido não constituído (i) Constituição ER.PJ e CSLL diferido	(35.691)	-	(35.691)	
Ativo	7	14.052	7	14.052
	7	(85.363)	7	(86.641)
(i) O ativo diferido não constituído foi de	efinido com	base em e	estimativa	s do nosso

Controladora

Consolidado

time do fiscal. Uma vez que a Cobra possui histórico de não conseguir recuperar 100% do montate, foi feito uma base de cálculo para chegar num percentual de recuperabilidade do saldo. 25 Adiantamentos: a. A fornecedores: Os adiantamentos a fornecedores na controladora e no consolidado de R\$ 11.996 (R\$ 11.027 em 2020), referem-se a adiantamentos a fornecedores pelas prestações de servicos e compra de materiais nos projetos.

20226 202	Controla	Controladora		dado
	2021	2020	2021	2020
Terceiros	11.966	11.027	11.968	11.027
	11.966	11.027	11.968	11.027
Circulante	11.966	11.027	11.968	11.028
Não circulante	( <del>-</del> 2)	-		-

b. A clientes: Os adiantamentos à clientes na controladora e no consolidado de R\$ 83.836 (R\$ 4.100 em 2019), são relativos a faturamento de obras ainda não plenamente executadas.

	Controla	dora	Consoli	idado
8.7	2021	2020	2021	2020
Terceiros	67.053	83.836	67.053	83.836
Parte relacionada	_	_	_	_
NE 14 P. C.	67.053	83.836	67.053	83.836
Circulante	67.053	83.836	67.053	83.836
Não circulante	-			
26 Dividendos a pag	ar	Cont	roladora e Co	onsolidado
		- 2	021	2020
Cobra Instal, Y Serv.	nter. S.L	1 <del>7</del>	639	6.452
Moncobra S.A.			_	2
Cobra Concesiones B	rasil S.L.		8.234	82.683
Técnicas de Desaliniz		s S.L	1.038	10.486

9.911 100.117 27 Provisões para contingências: Em 31/12/2021 o valor de provisões pro-váveis resultou um total de R\$ 2.908 milhões. Para 2020, o valor era de R\$ 156 mil e refere-se a demandas nas empresas que foram vendidas em 2010, 2012 e 2014, pois a Cia. continuou com a responsabilidade dos passivos fiscais, cíveis e trabalhistas destas empresas existentes na data da venda. A referida provisão representa a melhor estimativa da Administração de expectativa de ressarcimento aos compradores das empresas.

Tedagua Renovables S.L

Cobra Concesiones S.L.

Provavel	Controladora e Consolidado			
77 P. J. F.	2021	2020		
Ambiental	416	- 2		
Cível	1.099	72		
Fiscal	462	58		
Trabalhista	931	24		
65	2.908	156		

Contingências com perdas possíveis: A Cia. possui contingências de natureza fiscal, trabalhista e cível cuja expectativa de perda avaliada pela Administração e suportada pelos assessores jurídicos está classificada como possível. Em 31/12/2021 as contingências classificadas com probabilidade de perda possível, totalizaram R\$ 75.501 (56.447 em 2020).

Possivel	Controladora e Consolidado			
	2021	2020		
Fiscal	61.695	58.340		
Cível	418	1/5		
Ambiental	110	1.5		
Trabalhista	13.278	5.505		
The second secon	75.501	56.447		
Em relação aos processos de natureza	fiscal no montante	de R\$75 501		

(R\$56.447 em 2019), destacamos um processo no valor de R\$15.079 e outro processo no valor de R\$ 13.263 que tratam da exigência de supostos débitos de ISS, relativos ao serviço de gerenciamento técnico, administrativo e financeiro conforme apresentado a seguir: do projeto de implementação da Linha de Transmissão de Energia Elétrica Ilha Solteira – Ilha Solteira II, 440kv / Ilha Solteira II – Inocência, 230kv, Inocência Chapadão do Sul, 230kv nos Municípios de Cassilândia/MS e Paranaíba MS. 28 Patrimônio líquido: a. Capital social: Em 31/12/2021, o capital social subscrito e integralizado da Cia. é de R\$609.721 (R\$349.721 em 2020), dividido em 609.720.747 (351.254.570 em 2019) ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, sem valor nominal. Em 06/09/2021, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, após debates e discussões, os acionistas da Cia. aprovaram o aumento de capital em R\$ 260.000, divididos em 260.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, sem valor nominal, mediante aproveitamento da reserva legal no valor de R\$ 54.000 e lucros não distribuidos no valor de R\$ 206.000, devidamente reconhecidos até 31/12/2020, distribuídas entre os acionistas proporcionalmente a sua posição acionária.

	%	de Ações Cobra Brasil	Capital Aportado Cobra Brasil
Cobra Concessiones Brasil S.L	83,0792%	506.551.119	506.551
Cobra Concessiones S.L Cobras Instalaciones y Servicios	0,0001%	610	1
Internacional S.L	6,4448%	39.295.283	39.295
Monocobra S.A	0,0017%	10.365	10
Antonio Plano	- Diretor; Jos	sé Carlos Her	ranz Yague - D

Aos Administradores e Acionistas da Cobra Brasil Serviços, Comunicações e Energia S.A. RJ-RJ Opinião: Examinamos as DFs individuais e consolidadas da Cobra Brasil Serviços, Comunicações e Energia S.A. (Cia.), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as DFs individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Cobra Brasil Serviços, Comunicações e Energia S.A. (Cia.) em 31/12/2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das DFs individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Cia. e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Etica Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Responsabilidades da administração pelas DFs individuais e consolidadas: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das DFs individuáis e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de DFs livres de distorção relevante, independentemente

Técnicas de Desanilizacion de Agua 10,474% 63.863.370 100,0000% 609.720.74 b. Reserva legal: Constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das S.A., c. Dividendos: Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado do exercício, calculado nos termos do art. 202 da Lei 6.404/76.

2021 41.731 Lucro líquido do exercício Adoção na aplicação inicial do CPC 47 (2.087) (18.706) 355.404 Reserva legal (5%) Base de cálculo para os dividendos Dividendos mínimos obrigatórios (25%) Dividendos adicionais propostos (29.733)(255.288) (11.265)Dividendos adicionais aprovados 
 ladora
 Consolidado

 2020
 2021
 2020

 930.575
 854.258
 930.5
 controladora

29 Receita operacional liquida Receita de construção Receita de remuneração do ativo Receita de operação, manutenção e outras Ajuste de revisão tarifária 4.481 4.481 Outras receitas (-) PIS e COFINS (1.490)(4.143)(1.490)(4.941)(33.085 (-) ICMS (307) (597)(307)(597)

(-) Quota para RGR e pesquisa e desenvolvimento	_	_	_	(299)
	830.147	892.750	830.147	899.189
30 Custos operacionais	Contro	ladora	Conso	lidado
No.	2021	2020	2021	2020
Pessoal	343.250	282.218	343.250	282.172
Aluguéis	102.719	71.754	102.719	71.754
Viagens e representações	55.549	35.727	55.549	35.727
Impostos, contribuições e taxas	6.682	4.573	6.682	4.573
Material e equipamentos	147.701	67.936	147.701	67.936
Seguros	12.217	10.557	12.217	10.557
Serviços prestados	182.712	50.104	182.712	51.933
Depreciação	5.421	5.762	5.417	5.762
Conservação dos imóveis e dos veículos	33.494	24.601	33.494	24.601
Outros	21.146	19.632	21.146	19.685
Provisão de fornecedores	40.358	8.101	40.358	8.101
	951.248	572.864	951.245	574.700
31 Despesas gerais e administrativas	Con	troladora	Cons	olidado
	202	1 2020	2021	2020
Pessoal	9.0	04 14.75	9.00	4 14.756
1924 TO THE STATE OF THE STATE				

Gastos com escritório Serviços prestados 10.678 14.339 10.775 Despesa decorrente da venda de ativos (1) 0 Multas passivas (1.468) (197) 12.175 10.084 35.092 41.058 (197) 10.068 Provisão Crédito Liquidação Duvidosa (1.468)Outras despesas 12.177 35.087 32 Receitas financeiras e despesas financeiras Consolidado Controladora 2020 8607 2021 2020 2021 Receita de aplicações financeiras Receita de Variação Cambial Outras receitas financeiras 5.187 48.425 5.187 48.425

2020 Juros e var. mon. sobre empréstimos e financiamentos (8.543)(9.052)(8.543) (10.128) (47.582)Operação a termo swap Variações monetárias passivas (2.843)(2.843)(53) (349) IOF e demais despesas (53) (349) (325) (2.023) (61.517) (325) (2.076) Comissões bancárias Outras despesas financeiras (1.707)(1.707)Despesas financeiras Resultado Financeiro 3.025 (4.579)

Receitas financeiras

493

56.938

16.520 57.032

Consolidado

16.520

Controladora

Em 27/12/2019, a Cia. assinou junto ao Banco Itaú, um contrato de Empréstimo de Swap no valor de US\$ 41.975 (R\$ 170.000), com remuneração de CDI + 1,0% a.a., com vencimento em 21/01/2021. O Empréstimo foi em dólar, com taxa fixada em R\$ 4,05. A taxa do Dolar em 31/12/2020 foi de R\$5,19, com isso, a Cobra Brasil teve o ganho em questão na transação. 33 Instrumentos financeiros: Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Cia. a cada um dos riscos a seguir mencionados, os objetivos da Cia., os gerenciamentos de risco e de capital exercidos pela Cia.. **Gerenciamento de riscos**: Visão geral—a Cia. apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: a. Risco de crédito. b. Risco de mercado. c. Risco operacional. Estrutura de gerenciamento de risco-o gerenciamento de risco da Cia. visa identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. A Cia., por meio do gerenciamento de suas atividades, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam os seus papéis e obrigações. A Administração acompanha o cumprimento do desenvolvimento de suas atividades de controle de riscos e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Cia.. O gerenciamento de riscos é feito com base também no nível e no contexto dos grupos de controle dos acionistas da Cia.. a. Riscos de crédito: É o risco de a Cia. incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, oriundas da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes, ativo financeiro e de instrumentos financeiros,

ere tety titlettituustud. Settin i 1900 test test testin tuurus et 190 et est est et 190 et est est et 190 et e	Controladora		Consolidado	
Ativos Financeiros	2021	2020	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	211.295	553.824	211.934	559.061
Clientes	126.433	60.489	126.433	61.301
TVM	_	-	_	745
Ativo de contrato	-	_	_	80.666
	337.728	614.313	338.367	701.773

· Caixa e equivalentes de caixa e TVM-representado pelas aplicações financeiras de primeira linha, o que mitiga o risco que a contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações. • Clientes – representado pelos clientes de EPC. • Ativo de contrato-A Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para devedores duvidosos em relação aos seus clientes, considerando que o CUST, celebrado entre o ONS, as concessionárias de transmissão e o usuário, tem como um de seus objetivos: "Estabelecer os termos e as condições que irão regular a administração pelo ONS da cobrança e da liquidação dos encargos de uso da transmissão e a execução do sistema de garantias, atuando por conta e ordem das concessionárias de transmissão." São instrumentos financeiros que garantem o recebimento dos valores devidos pelos usuários às concessionárias de transmissão e ao ONS, pelos serviços prestados e discriminados no CUST: i) Contrato de Constituição de Garantia-CCG e ii) Carta de Fiança Bancária-CFB. As principais vantagens desses mecanismos de proteção original de R\$ 115.000 (cento e quinze milhões). Diretor; Alfonso Brunner Beamud - Diretor; Wellington Santana - Controller / Contador - CRC-RJ 104.308/O-8 - CPF: 099.490.527/00

Relatório dos auditores independentes sobre as DFs individuais e consolidadas ni- se causada por fraude ou erro. Na elaboração das DFs individuais e consoli- às dadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cia. a eficácia dos controles internos da Cia. e suas controladas. - Avaliamos a continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das DFs, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cia. e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Responsabilidades dos auditores pela auditoria das DFs individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as DFs individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro estrutura e o conteúdo das DFs, inclusive as divulgações e se as DFs individuais de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas DFs. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas DFs individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados

estão descritas a seguir: • Riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores. • As garantias financeiras são fornecidas individualmen te pelos usuários. • Negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários. • No caso de não pagamento, a Cia., como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB. b. Risco de mercado: A utilização de instrumentos financeiros, pela Cia., tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Cia. também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisque outros ativos de riscos. • Risco de taxa de juros-refere-se aos impactos nas taxas de juros variáveis sobre as receitas financeiras oriundas das aplicações financeiras e de empréstimos financeiros. • Risco de liquidez-é o risco em que a Cia. irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Cia. na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Cia.. A seguir estão os vencimentos contratuais de passivo financeiro remanescentes em 31/12/2021. Os valores apresentados são brutos e não descontados e incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos e compensações.

	I luxo de caixas contratadis				
	Valor contábil	A vencer		Entre 30 e 90 dias	Acima de 90
Fornecedores	32.438		6.971		
Financiamentos	115.072	115.072		-	
Total	147.510	135.161	6.971	1.350	4.027
Os prazos de liquidação dos	s passivos	financeiros	não de	rivativos, co	mo em-

préstimos e financiamentos, estão divulgados nas notas explicativas nº 10. Os saldos relacionados a fornecedores, reconhecidos pela Cia. como passivo financeiro não derivativo, possuem prazo de liquidação para os próximos 12 meses. • Risco de inflação-A receita da Cia. é atualizada anualmente por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação, a Cia. poderia não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados. • Risco de captação—A Cia. poderá enfrentar dificuldades na captação de recursos com custos e prazos de reembolso que sejam adequados ao seu perfil de geração de caixa e/ou suas obrigações de reembolso de dívida. c. Riscos operacionais: Os riscos operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Cia. e podem decorrer das decisões operacionais e de gestão da Cia. ou de fatores externos, tais como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Risco técnico: A infraestrutura da Cia. é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original Nestes casos, os custos necessários para a recolocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Cia., ainda que eventuais indisponibilidades de suas linhas de transmissão não gerem redução das re-ceitas (Parcela Variável). Riscos regulatórios: A Cia. está sujeita à extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia—MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente. Risco de seguros: A Cia. contrata seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas linhas de transmissão e subestações. A Cia. adota os critérios de contratação dos seguros de risco operacional e responsabilidade civil com o intuito de utilizar as melhores práticas adotadas por outras empresas representativas do setor, que consistem em segurar os equipamentos mais relevantes e significativos para a operação, mantendo-os com elevados níveis de segurança aos potenciais sinistros. 33.1 Categorias de instrumentos financeiros

Ativos financeiros Categoria Custo amortizado Custo amortizado Caixa e equivalentes de caixa Clientes Custo amortizado Mútuos Custo amortizado Ativo de contrato Custo amortizado Passivos financeiros

Passivo financeiro ao custo amortizado Passivo financeiro ao custo amortizado Empréstimos e financiamentos 33.2 Classificações contábeis e valores justos: No que tange ao cálculo dos valores justos, para os principais saldos sujeitos a variações entre os valores contábeis e valores justos, consideramos: • Caixa e equivalentes de caixa: contas correntes conforme posição dos extratos bancários, aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI até a data da apresentação das DFs. • Ativo contratual: o ativo de contrato no início da concessão é mensurado ao valor justo e posteriormente mantido ao custo amortizado pelo resultado conforme o método da taxa de juros efetiva. No início de cada concessão, a taxa interna de retorno é calculada baseada no custo de capital próprio e está auferida atra-vés de componentes internos e de mercado. A Cia. adotou a metodologia de apuração do valor justo do ativo financeiro, através do recálculo da taxa interna de retorno. Desta forma, o valor justo do ativo financeiro mantido pela Cia. foi determinado de acordo com modelo de precificação baseado em análise do fluxo de caixa descontado e utilizando a taxa interna de retorno. A taxa interna de retorno considera as condições do Leilão e dessa forma não sofre alteração pois a Cia. atualiza as premissas utilizadas no início da concessão. A administração considera que os saldos contábeis aproximam-se dos seus valores justos. Empréstimos e financiamentos: a Cia. considera que os valores justos para o financiamento do BNDES e do Itau são considerados próximos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxa de juros comparáveis. **34 Gerenciamento do capital:** A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, do setor e do mercado, e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, que a Cia. define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A Administração também monitora o nível de dividendos para acionistas ordinários. 35 Seguros: A Cia. possui cobertura de seguro contra incêndio empresarial, veículos e responsabilidade civil. A cobertura de seguros da Cia. está demonstrada conforme quadro a seguir:

	Vige	ência	Importância Segurada	
Tipo de Cobertura	Início	final		
Adiantamento de pagamentos	02/08/2020	30/12/2022	60.987	
Manutenção Corretiva	18/02/2020	18/02/2022	33.276	
Responsabilidade Civil	09/12/2020	28/02/2023	430.020	
Risco de Engenharia	20/05/2020	31/12/2023	280.337	
Risco de Engenharia e Respon-	SUCCESSION AND AND AND AND AND AND AND AND AND AN			
sabilidade Civil	07/05/2021	28/02/2025	440.841	
Risco de teletransporte aéreo	08/04/2021	08/04/2022	1.510	
Riscos Nomeados	21/10/2021	12/09/2022	32.794	
Veículos	31/05/2021	31/05/2022	319	
Total Geral			1.280.084	
A Cobra Brasil é a tomadora do	segurado e r	segurada são	os projetos que a	

cobra Brasil e a tomadora do segurado e a segurada são os projetos que Cobra Brasil tem em aberto. O total da importância segurada é superior ao total de receita faturada no ano. 36 Eventos Subsequentes: Em 07/01/2022, a Cobra Brasil renovou o contrato de empréstimo com o banco Itaú Unibanco S.A que altera a data de vencimento do empréstimo bancário para 07/07/2022, no valor

às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cia. e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas DFs individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cia. e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as DFs individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

RJ, 29/04/2022

KPMG Auditores Independentes Ltda. - CRC SP-014428/O-6 F-RJ
Marcelo Luiz Ferreira - Contador CRC RJ-087095/O-7

# ACIONISTA

As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade Tels.: (21)

3556-3030 96865-1628

publicidade@diariodoacionista.com.br

## Tesouro vê melhora em capacidade de pagamento do Rio

LÉO RODRIGUES/ABRASIL

A prefeitura do Rio de Janeiro melhorou sua nota em relação à sua Capacidade de Pagamento (Capag). A avaliação é feita pelo Tesouro Nacional com base na liquidez, poupança e endividamento de estados e municípios. Ela serve como indicador de risco da situação fiscal.

Segundo comunicado divulgado ontem pela Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento, o Rio de Janeiro alcançou a nota B, depois de cinco anos obtendo a nota C. Com a nova classificação, a prefeitura terá mais facilidade para obter garantias da União para contratação de financia-

"Entes federativos classificados com notas A e B ficam automaticamente autorizados a realizar operações de crédito com aval do governo federal, portanto com condições financeiras mais vantajosas", explica a secre-

De acordo com a nota divulgada, o resultado foi alcançado em função das iniciativas adotadas ao longo do ano passado, incluindo a aprovação de mudanças na legislação tributária e fiscal. Também contribuiu o repasse para a iniciativa privada dos serviços de saneamento que estavam sob responsabilidade da Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (Cedae), além de outros fatores.

"Entre as medidas que permitiram a recuperação das contas estão o aumento de receitas correntes e extraordinárias, como a alienação de imóveis e os recursos da concessão da Cedae, que subiram 20% em relação ao acordado pelo governo anterior, após renegociação nesta gestão", acrescenta a nota.

HOSPITAIS INTEGRADOS DA GÁVEA S/A REQUERIMENTO DE LICENÇA

O Hospitais Integrados da Gávea S/A, CNPJ 31.635.857/0011-83, toma público que requereu à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Simplificação SMDEIS, através do processo nº 14/200.221/2020, a Licença Ambiental de Operação para a atividade de Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) do empreendimento ocalizado à Rua Augusto Camossa Saldanha nº 35 – Barra da Tijuca/RJ.

### SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DA CIDADE EXTRATO DO TERMO ADITIVO

Termo Aditivo: 001/2021 ao Termo de Compromisso: 0143/2018

Partes: Município do Rio de Janeiro e SPE Mirataia Incorporadora e Construtora Ltda Objeto: Alteração do Termo de Compromisso 0143/2018 para cumprimento da Medida Compensatória com execução de 331 mudas divididas em 2 fases.

Fundamento: Artigos 125 e 126 da Lei Complementar 111 de 01/02/2011.

### CONTOUR GLOBAL DO BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.

AUDITORIA AMBIENTAL
A CONTOUR GLOBAL DO BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A. torna público que entregou a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Simplificação - SMDEIS, em 30/12/2021, o Relatório de Auditoria Ambiental de Acompanhamento, referente ao Processo nº 00265102202017 do ano de 2021, referente às atividades de operação de uma central de cogeração de energia, destinada à produção de energia elétrica(13,5 MW) e vapor (178 T/ H) para a fábrica de bebidas, e informa que este estará à disposição para consulta na Estrada Rio-São Paulo, 6.011, Campo Grande, no município do Rio de Janeiro, no período de 10/05/2022 a 10/06/2022, no horário das 8h às 17h

### BAIRRO NOVO PORTO VELHO EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO S.A. CNPJ/ME nº 10.923.929/0001-46 - NIRE 35.300.569.547 EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

convocados os senhores acionistas da BAIRRO NOVO PORTO VELHO EMPREEN DIMENTO IMOBILIÁRIO S.A. ("Companhia"), nos termos do art. 124, §1º, I, e §2º, da Le nº 6.404/76, a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária no dia 17 de maio de 2022 às 10:00 horas, na sede da Companhia, na Rua Lemos Monteiro, nº 120, 18ª andar, Butan tă, CEP 05501-050, São Paulo/SP, a fim de deliberar, em Assembleia Geral Extraordinária, sobre: a) cancelar os efeitos da AGE realizada no dia 01.09.2021, às 11h00min, registrada na JUCESP sob nº 49.784/22-5, tendo em vista a ausência de publicação de edital de con vocação; b) eleger novos membros para comporem a Diretoria da Companhia; e c) reforma o estatuto para alteração de endereço da nova sede da Companhia. Comunicamos que se encontram à disposição dos senhores acionistas, na sede social, os documentos a que se refere o artigo 135, §3º, da Lei 6.404/1976, com a redação dada pela Lei 10.303/2001. São Paulo, 09, 10 e 11 de maio de 2022. Luiz Henrique Gonçalves de Carvalho Filho, Diretor.

### LEARNING FACTORY S.A CNPJ: 05.345.691/0001-89 - NIRE 33.3.00319247

Edital de Convocação: Ficam convocados os acionistas da LEARNING FACTORY S.A. ("Cia.") na forma prevista no art. 124 da Lei 6.404/76, a comparecerem à AGE ("Assembleia") à realizar-se no dia 20/05/2022, às 10h em primeira convocação e as 10:30 horas em segunda convocação, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias constantes da Ordem do Dia: (i) Venda do imóvel localizado à Avenida Das Américas, 7607, sala 313, "Novo Leblon Mall e Office", Jacarepaguá, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22.793-060. Para exercer seus direitos, os acionistas deverão comparecer à Assembleia portando documento de identidade. Nos termos do art. 126 da Lei 6.404/76, os acionistas poderão ser representados por procurador, desde que estes apresentem o respectivo instrumento de mandato, com firma reconhecida em cartório. Observações Importantes: • O meio virtual utilizado será o "google meeting". • Sem procuração, não será admitida a representação na Assembleia, ainda que por parente do condômino. - As decisões das Assembleias Gerais, tomadas de acordo com o quórum fixado no estatuto, obrigam a todos, independentemente do seu comparecimento ou de seu voto, competindo aos diretores cumpri-las e fazé-las cumprir. • Salvo questões de ordem e outorga de mandato tácito, nenhum assunto estranho à pauta poderá ser formalmente deliberado e nem ser objeto de registro em ata. RJ, 09/05/2022. Bernardo Rangel da Costa Paiva - Diretor,

larina Dalbem Fairon - Diretora

Rua São Luiz Gonzaga, 1922 - Benfica Cep: 20910-062 - Rio de Janeiro \ RJ Tel.: 2102-0000 Fax.: 2102-0250

COPERATIVA OURO TAXI LTDA
CNPJ/MF 68.798.065/0001-68 - NIRE N° 3340000487-6.
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA A ASSEMBLÉIA
GERAL EXTRAORDINARIA
O Diretor presidente da COOPERATIVA OURO TAXI no exercício de suas
atribuições e na forma do ART.44 da Lei 5764/71 e do seu Estatuto Social, convoca seus associados em dia com as suas obrigações sociais e estatutárias, para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária a se realizada no dia 21/05/2022, na Rua Teixeira Junior, 415 - São Cristóvão nesta cidade, em primeira convocação às 08h, com a presença de 2/3 dos associados, em segunda convocação às 09h, com a presença de metade mais um dos seus associados e em terceira e última convocação as 10h, com a presença mínima de dez associados, para deliberarem sobre as seguintes ordens do día: 1) Reforma estatutária compreendendo os seguintes assuntos: a) alteração do artigo 29 do capítulo VIII da seção VIII. Alteração do mandato de 02 (dois) para 04(quatro) anos de gestão da diretoria; b) Inclusão do parágrafo nono: Da reeleição para o exercício dos cargos de diretoria para mais de um mandato consecutivo; II) Esclarecimento da atual situação financeira da cooperativa e dívidas contraídas decorrentes de processos judiciais e débito de impostos; III) Dação em pagamento do bem imóvel localizado na Rua São Luiz Gonzaga 1922, Benfica, Rio de Janeiro para pagamento das dívidas da cooperativa que serão assumidas por terceiro; IV) Ratificação dos eleitos da diretoria, conselho fiscal e C.E.D - respeitando as novas alterações e mandatos do artigo 29 do capítulo VIII da seção VIII, caso validados nesta AGE. Os trabalhos da assembleia permanecerão abertos até no máximo 17h. A contagem e apuração dos votos ocorrerão imediatamente após o encerramento da assembleia. Os cooperados que não estiverem rigorosamente em dia com suas obrigações sociais não poderão votar. É vedada a participação de não cooperados na assembleia, a exceção dos prestadores de serviços envolvidos (advogados e contador). O cooperado poderá comprovar ao Presidente da Cooperativa Ouro Táxi, o pagamento das obrigações sociais até 30 (trinta) minutos antes da abertura da Assembleia. Para efeito de quórum declara-se que o número de cooperados em condições de votar nesta data é de 38 (trinta e oito) cooperados.

Rio de Janeiro 06/05/2022, DAVIS DO AMARAL YAMAGUCHI PRESIDENTE DA COOPERATIVA OURO TAXI LTDA

# Guedes culpa guerra por País pagar salário mínimo de fome

ministro da Economia, Paulo Guedes, falou ontem sobre a perda de poder de compra do salário mínimo, e justificou a desvalorização citando "duas guerras": a pandemia da Covid-19 e o conflito entre Rússia e Ucrânia. Apesar das declarações do ministro, o governo Jair Bolsonaro já não concedia aumento real ao salário mínimo desde antes da pandemia e da guerra na Ucrânia. Além disso, Guedes já afirmou que dar aumento real geraria desemprego.

"A verdade é que essa geração pagou pela guerra, fizemos sacrifícios e ficamos sem aumento de salário, tivemos uma recuperação econômica forte. Não houve aumento real de salário porque, durante uma guerra, o normal é até ter perdas importantes. Estamos lutando para preservar salário mínimo, empregos e a capacidade de investimento do país", disse ele durante evento.

Durante o governo Bolsonaro, só houve aumento real (acima da inflação) em 2019, no primeiro ano. Na época, ainda estava em vigor uma lei que obrigava o presidente a corrigir o mínimo pela inflação, somada ao crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) de dois anos antes. A lei terminou em 2019. Desde então, Bolsonaro só reajustou o mínimo pela inflação, como determina a Constituição.

Um relatório da corretora

Tullet Prebon Brasil divulgado ontem mostra que Jair Bolsonaro (PL) será o primeiro presidente a terminar um mandato com um salário mínimo com menor poder de compra do que quando começou a governar desde o início Plano Real, em 1994.

De acordo com os cálculos da corretora, a perda no salário mínimo será de 1,7% se a inflação não subir ainda mais do que o previsto no boletim Focus, do BC (Banco Central). As previsões vêm sendo revisadas para cima há 16 semanas e, descontada a inflação, o salário cairá de R\$ 1.213,84 para R\$ 1.193,37, entre dezembro de 2018 e dezembro de 2022.

Guedes disse ainda que atri-

buir essa perda de poder de compra ao governo é "desonestidade intelectual".

"Fomos atingidos por essa outra guerra que aumentou os preços da comida e energia, dando sensação de perda do poder de compra, de empobrecimento, que está acontecendo no mundo inteiro. Por desonestidade intelectual, está sendo atribuída ao governo. O governo pega o país quebrado, uma pandemia, uma guerra que encarece comida e energia e ainda assim cresce", declarou.

O último boletim Focus, publicado em 26 de abril, estima que o PIB (Produto Interno Bruto) deste ano deve crescer 0,65% - forte desaceleração em relação à alta de 4,6% de 2021.

### Imposto de Renda

# Guedes defende taxação dos super-ricos para dar a empresas

NATHALIA GARCIA/FOLHAPRESS

O ministro Paulo Guedes (Economia) defendeu, ontem, o andamento de uma reforma do IR (Imposto de Renda) mais enxuta, reduzindo a tributação sobre as empresas e taxando os super-ricos.

Após o texto-base sobre a reforma do IR ser aprovado, com modificações, pela Câmara dos Deputados em setembro do ano passado, o projeto continua travado no Senado. O ponto mais criticado pelos senadores é o relativo à cobrança de impostos de pessoas iurídicas e tributação de lucro e dividendos.

"Podemos fazer uma versão mais enxuta (da reforma do IR), tributando super-ricos e reduzindo o imposto sobre as empresas. É o que falta para o Brasil receber investimentos de fora. Nossa reforma reduziria impostos de 34% para 26% num primeiro movimento", afirmou

O ministro participou de evento de lançamento do monitor de investimentos, uma plata-

forma digital desenvolvida em parceria pelo Ministério da Economia com o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), com apoio financeiro do governo britânico. No radar, estão mapeados investimentos de R\$ 860 bilhões para os próximos

Em defesa à redução de impostos, Guedes também afirmou que o IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) é um imposto contra a indústria brasileira.

"Desindustrializamos o Brasil nos últimos 30, 40 anos (com o IPI). Na reforma tributária, inclusive, ele acabava, em favor do valor adicionado, convergindo para o modelo da OCDE (Organizaçao para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico). Queremos entrar na OCDE", disse.

O governo tem anunciado cortes de tributos às vésperas do calendário eleitoral, no momento em que o presidente Jair Bolsonaro (PL) buscará a reeleição.

A declaração de Guedes sobre o IPI ocorre dias depois de o ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal), ter suspendido na última sextafeira trecho de decreto do presidente Bolsonaro, que ampliou a redução de alíquotas para 35%. A medida cautelar vale apenas para bens que são produzidos na Zona Franca de Manaus.

No evento desta segunda, Guedes voltou a defender um modelo baseado em investimentos privados, com foco em concessões e privatizações, e, diante da reconfiguração das cadeias produtivas globais, colocou o Brasil como parte da solução para desafios nas áreas de segurança alimentar, energética e mudanças climáticas

Segundo o ministro, o modelo de crescimento à base de investimentos publicos se exauriu, pois "desaguou em corrupção na política e estagnação da eco-

A secretária especial de Produtividade e Competitividade do Ministério da Economia, Daniella Marques, disse também que o modelo de "indução de desenvolvimento pelos investimentos públicos se mostrou falho, errado e resultou em 14 mil obras paradas".

Como mostrou o jornal Folha de S.Paulo, o setor público investiu, em média, cerca de R\$ 46 bilhões ao ano em infraestrutura de 2018 a 2021, e o setor privado, R\$ 94 bilhões. Nos três anos anteriores, de 2016 a 2018, a média do setor público foi de R\$ 57 bilhões, e a do setor privado, praticamente os mesmos R\$ 94 bilhões. Ou seja, enquanto o investimento público teve queda de 19%, o privado ficou igual.

Quanto à questão ambiental, Guedes afirmou que o governo brasileiro está trabalhando em conjunto com a OCDE para que países que promovam iniciativas de preservação sejam pagos. Precisamos receber pagamento pelos serviços ambientais que prestamos", disse.

Em abril, a Amazônia teve um recorde de desmatamento: foram derrubados 1.012,5 km<sup>2</sup> de floresta. Número é marco absoluto no histórico recente do Deter, do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), pa-

### CORRENDO ATRÁS

# Governo federal vai aos Estados Unidos em busca de investidores

LUCAS PORDEUS LEON/ ABRASIL

Uma delegação do governo brasileiro está nesta semana em Nova York, nos Estados Unidos, para tentar atrair investidores para as concessões do Porto de Santos, do Aeroporto de Congonhas e de rodovias brasileiras.

As reuniões com representantes de bancos e fundos de investimentos estrangeiros vão ocorrer durante toda a semana.

A delegação brasileira conta com representantes dos ministérios da Infraestrutura, da Economia, das Relações Exteriores e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES).

Segundo o ministro da Infraestrutura, Marcelo Sampaio, que lidera a delegação brasileira, o objetivo é divulgar os 44 ativos que o governo federal pretende conceder à iniciativa privada neste ano, com previsão de investimentos na casa dos R\$ 110 bilhões.

De acordo com o Ministério da Infraestrutura, estão previstos R\$ 44 bilhões em investimentos com o leilão das rodovias do Paraná, outros R\$ 16 bilhões com a privatização do Porto de Santos e mais R\$ 7 bilhões com os leilões de aeroportos, que inclui o Aeroporto de Congonhas.

## Governo de São Paulo lança crédito de R\$ 3 bi para projetos de turismo

JOANA CUNHA/FOLHAPRESS

A Secretaria de Turismo e Viagens de São Paulo lança amanhã um programa de crédito de R\$ 3 bilhões para expansão de negócios do setor no estado.

O governo diz que pretende capacitar 2.000 empreendedores sobre como elaborar projetos de turismo em diferentes áreas. Além de workshops, que começam nesta semana, os participantes receberão consultorias e, então, serão direcionados à linha de financiamento adequada.

A ideia é atender 400 projetos, incluindo revitalização de prédios históricos do centro da capital paulista, ampliação de hotéis, criação de centros de eventos, aquisição de equipamentos e frotas. O prazo para inscrição é de 12 meses.

"O programa vai beneficiar os empreendedores que se limitam

pelos recursos, que carecem de apoio técnico. Na pandemia, nosso foco era oferecer crédito para evitar a falência de muitos negócios. Agora, nosso foco é expandir a oferta turística", diz o secretário Vinicius Lummertz.

A iniciativa é uma parceria com Sebrae-SP, Banco do Brasil, Caixa, DesenvolveSP e Banco do Povo, e bancos privados, fintechs de crédito, empresas de fomento mercantil e cooperativas.

### Nota

### PEDIDOS DE DEMISSÕES **NO BRASIL BATEM** RECORDE EM MARÇO

Um levantamento da LCA

Consultores, com base nos dados oficiais do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), apontou um recorde nos pedidos de demissões mensais no Brasil, em março de 2022. No mês, foram 603 mil trabalhadores que saíram de seus trabalhos voluntariamente. O número representa pouco mais de 33% de um total de 1.816.882 desligamentos.

Pressão golpista

# TSE aponta erros de militares rejeita propostas para eleições

MATEUS VARGAS/FOLHAPRESS

TSE (Tribunal Superior Eleitoral) informou ontem que rejeitou novas sugestões das Forças Armadas sobre o processo eleitoral de 2022.

A decisão da corte ocorre no momento em que o presidente Jair Bolsonaro (PL) amplia insinuações golpistas, ataques às urnas e promete contratar uma auditoria privada que pode, segundo ele, "complicar" o tribunal antes da eleição.

O TSE nega de forma assertiva 3 das 7 sugestões dos militares e diz que o restante já está em prática, ou seja, que não há o que

Em ofício enviado aos membros da CTE (Comissão de Transparência Eleitoral), órgão que tem uma cadeira para as Forças Armadas, o presidente do tribunal, ministro Edson Fachin, reafirma que o pleito deste ano terá segurança.

"A Justiça Eleitoral tem historicamente assegurado a realização de eleições íntegras em nosso país. O êxito e a credibilidade conquistados pela instituição nesta tarefa maior de promoção da democracia firmam esta Justiça especializada como verdadeiro patrimônio imaterial da sociedade brasileira", afirmou Fachin.

Bolsonaro disse, na última semana, que o tribunal deveria "agradecer" ao Ministério da Defesa pelas propostas e "tomar providências".

Na resposta divulgada nesta segunda, a equipe do TSE aponta que as Forças Armadas confundem "conceitos" e erram cálculos ao apontar risco de inconformidade em testes de integridades das urnas.

O tribunal rejeita alterar, na eleição deste ano, a forma de seleção das urnas que vão passar por este tipo de auditoria, apesar de reconhecer que a escolha po-

de mudar nos próximos pleitos. O TSE ainda repete que não há sala secreta" de totalização dos votos, um argumento repetido, sem provas, pelo presidente Bolsonaro

A equipe da corte eleitoral reafirma que já há mecanismos de reação caso alguma irregularidade na contagem dos votos seja detectada.

Em fevereiro, o TSE publicou em seu site documento com respostas a uma série de questionamentos das Forças Armadas. Depois disso, os militares enviaram, fora do prazo, segundo a corte, outras sete propostas.

O ministro da Defesa, Paulo Sérgio Nogueira, e Bolsonaro cobraram na última semana a divulgação destes documentos.

Procurada, a Defesa não se manifestou sobre a manifestação da corte eleitoral. Também não divulgou a íntegra dos questionamentos feitos ao tribunal.

No ofício enviado à comissão, Fachin disse que o TSE "manterá a sua firme atuação voltada a garantir paz e segurança nas eleições, a aprimorar o processo eleitoral, a propagar informações de qualidade".

O magistrado ainda afirma que o tribunal eleitoral irá "exortar o respeito ao resultado das eleições como condição de possibilidade do Estado de Direito Democrático e de uma sociedade livre, justa e solidária, nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil".

De forma resumida, as Forças Armadas haviam feito propostas sobre sete assuntos, que foram respondidas pelo TSE:

1) Sobre o nível de confiança do teste de integridade

Os militares apontaram baixo nível de confiança no teste de integridade das urnas e pediram para readequar a quantidade de urnas para a análise. Também recomendaram a elaboração de dois planos amostrais para o teste, um para as eleições federais e outro para as estaduais.

O TSE negou este pedido, afirmando "que já houve substancial aumento da amostra de urnas sujeitas ao teste de integridade nas eleições de 2022, trabalhando-se hoje com um nível de confiança superior a 99%".

A equipe do tribunal avaliou que é aceitável a ocorrência de "inconformidade igual a 0,01%" nas urnas, mas que a Defesa pressupoe, equivocadamente, a probabilidade de ocorrência de inconformidade igual a 50%".

Ainda afirma que "o documento das Forças Armadas confunde os conceitos de erro amostral e risco de amostragem, ao supor que um nível de confiança de 95% deveria ter um erro amostral

de 5%, e que um nível de confiança de 96% deveria ter um erro amostral de 4%".

2) Processo de amostragem aleatório para seleção de urnas que compõem o teste de inte-

Os militares pediram, e o TSE negou que fosse feita por sorteio a seleção das seções que serão analisadas nos testes de integridade. A regra atual permite que entidades fiscalizadoras, como partidos políticos e os próprios militares, façam a escolha destas urnas para a análise.

O TSE afirma que a proposta não é inviável e pode ser adotada em eleições futuras.

Mas rejeitou a alteração para o pleito deste ano, por entender que esta medida deveria passar por discussões de entidades fiscalizadoras, "uma vez que implicaria na supressão de um direito que lhes foi reconhecido, em prol da efetividade e da transparência do processo eleitoral de 2022, já consolidado".

3) Totalização com redundância pelos TREs

Os militares pediram para ser mantido o método de totalização dos votos nos TREs, o que o tribunal disse que já é feito. "De posse dos boletins de urna que saem das urnas eletrônicas, qualquer pessoa ou instituição pode fazer suas totalizações, e isso já é feito", disse ainda o TSE.

"A análise (da Defesa) deixa de considerar que a centralização (no TSE) foi somente de equipamentos, sem que se tenha promovido qualquer mudança no arco de competências das diversas instâncias jurídicas envolvidas no processo", afirmou o tri-

O TSE ainda repete que "não existem salas secretas (de totalização dos votos), tampouco a menor possibilidade de alteração de votos no percurso".

4) Fiscalização e auditoria

Os militares afirmaram que o TSE, ao não distinguir os termos "auditoria" e "fiscalização" na legisiação, "deixa, por conta disso, de prever uma auditoria independente do processo eleitoral".

O TSE afirmou que já há possibilidade ampla de auditoria e que, por isso, "considera-se que a sugestão já se encontra hoje incorporada aos procedimentos".

**5)** Inclusão de urnas modelo

UE2020 no Teste Público de Segurança

As Forças Armadas sugeriram que sejam incluídas no testes públicos de segurança (TPS) as urnas eletrônicas o modelo de 2020, as quais serão utilizadas

O tribunal afirma que o modelo atual tem arquitetura de segurança compatível com a urna de 2015, que passou por este tipo de teste, e que "possui também aprimoramentos importantes que a torna mais segura do que o modelo 2015 e anteriores".

Afirma ainda que a urna passa por outros tipos de testes e que "entende-se que qualquer ataque à UE2020 seria mais improvável de ter sucesso que o modelo

**6)** Procedimentos normativos para a hipótese de verificação de irregularidade em teste de inte-

As Forças Armadas cobram melhor forma, divulgada de forma antecipada, de resposta à possível irregularidade encontrada no teste de integridade das urnas. Afirma que as reações hoje previstas são "insuficientes".

O TSE afirma que segue estudando o tema para eventual aprimoramento, mas que as regras eleitorais já contemplam respostas, como conferência das digitações das cédulas divergentes.

"Caso verificada alguma inconsistência nos testes de integridade, a qual não seja solucionada pela contagem dos votos ou pelos registros de filmagem, caberá à juíza ou ao juiz eleitoral adotar as providências e investigações necessárias para elucidar a questão", afirma o TSE.

7) Duplicidade entre absten-

Os militares pediram divulgacão de relatório de abstenções e dos dados dos óbitos entre eleitores registrados.

O TSE negou o pedido. Disse que as entidades fiscalizadoras já podem atuar se houver indício de fraude.

Pondera-se ainda que, caso acatadas as sugestões em tela, poder-se-á desrespeitar os princípios da adequação e da necessidade, previstos no art. 6º, incisos II e III, da Lei nº 13.709/2018, cognominada, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais -LGPD", disse o TSE.

### Crise leva mães a deixarem bebês com 2 meses nas creches

ISABELA PALHARES/FOLHAPRESS

Oito semanas depois de ter tido a quinta filha, Mikaelle Araújo, 34, deixou a menina em uma creche da rede municipal de São Paulo para poder trabalhar. Ela é babá em casas na região do Morumbi.

Principal responsável pelo sustento dos cinco filhos, ela não pôde esperar a caçula, Eloá, chegar aos quatro meses para voltar ao trabalho. Assim como Mikaelle, milhares de mães da capital paulista têm sido forçadas a se separar cada vez mais cedo de seus bebês devido à crise econômica no país.

O aumento do mercado de trabalho informal afasta essas mães do direito ao período legal de licenca-maternidade no país, de 120 dias. Sem renda, e na maioria das vezes sem o apoio financeiro dos pais das crianças, elas têm a creche como única opção para continuar sustentando a família.

Na última semana de abril, havia 3.741 bebês com menos de quatro meses matriculados nas creches da rede municipal da cidade. Desses, 63 têm menos de 30 dias de vida e 539 menos de 60 dias, etapa que os especialistas descrevem como "gestação externa", ainda na transição para o mundo fora do corpo da mãe.

O número de bebês de até dois meses nas creches neste ano é quase o dobro do registrado no mesmo mês do ano passado, quando havia 325 matrículas dessa faixa etária. É ainda 22 vezes maior que o registrado em abril de 2019, antes da pandemia, quando havia 26 bebês dessa idade.

"De todos os meus filhos, ela é a que foi mais novinha para a creche. Fiquei com o coração na mão de deixá-la, parecia que estava deixando um pedacinho de mim ali. Mas não tem jeito, a situação está muito difícil com cinco crianças em casa", conta a mãe. Ela recebe a pensão apenas do pai dos filhos mais velhos, mas não a do pai de Eloá.

"Está tudo cada vez mais caro, de mercado já cortei quase tudo, carne, fruta, legumes até o leite dos maiores. Meu leite do peito já nem estava dando conta para a Eloá. Na creche, é até bom porque lá eles dão a fórmula", afirma. Ela ainda tenta continuar a amamentação à noite, quando está com a filha em casa.

As matrículas de bebês com menos de quatro meses já vinham aumentando na rede municipal antes mesmo da pandemia, como o jornal Folha de S.Paulo mostrou. Mas o crescimento se intensificou neste ano. A Secretaria Municipal da Educação costumava registrar grande procura por essas vagas apenas no início do ano letivo. Agora em 2022, os dados mostram que o número de matrículas nesta faixa etária permanece alto ainda em abril, o que indica que a demanda por vagas para essa faixa etária tem sido contínua.

O número de bebês com menos de quatro meses matriculados na rede em janeiro de 2020 e janeiro de 2022, por exemplo, é semelhante -3.238 há dois anos, contra 3.528 no início deste ano. Mas a comparação dos dados de abril mostra uma disparada, com 435 matrículas em 2020, contra 3.741 em 2022.

Com apenas 19 dias de idade, Helena é uma das mais novas matriculadas na rede. Ela passou a frequentar o CEI Carolina Maria de Jesus, no Parque Novo Mundo, zona norte, no último dia 2, porque sua mãe, Pamela Alves de Sousa, 23, precisou voltar a trabalhar como diarista.

"Eu trabalho sem carteira, então sabia que não teria direito à licença-maternidade. Trabalhei até os oito meses da gravidez e depois não consegui mais. Agora preciso voltar porque a situação em casa está apertada", diz.

Além da bebê, Pamela mora com o marido, que é lavador de carros, e o filho mais velho de cinco anos. "Está difícil só com o que o meu marido ganha, porque metade vai para o aluguel. Foi difícil pagar mercado nesses últimos dois meses que fiquei sem trabalhar", conta.

"É difícil ter que deixar uma bebê tão pequena na creche, mas ela vai se adaptar e vai ser melhor para nós. É para poder dar uma condição melhor para ela também."

Para o secretário de Educação do município, Fernando Padula, o aumento de bebês pequenos matriculados nas creches é um reflexo da crise financeira do país. "É a realidade que enfrentamos, 53% dos alunos da educação infantil do município estão no CadÚnico, ou seja, vivem em situação de pobreza ou extrema pobreza."

Segundo ele, as vagas para bebês em qualquer momento do ano só são possíveis porque a Prefeitura de São Paulo conseguiu zerar a fila de espera por vaga em creche.

No Cei (Centro de Educação Infantil) Bela Vista, na região central, Brenno, de três meses, é o mais novo de uma sala com outros 21 bebês de até um ano. "As professoras chamam ele de pacotinho, porque é o menor da turma", conta a mãe Tatiana Concei-

Enquanto alguns bebês engatinham e outros ensaiam os primeiros passos, Brenno se reveza no colo das três professoras da sala ou fica deitado.

Antes de entrar para a creche, Brenno só recebia leite materno, mas agora está só com uma fórmula láctea. A OMS (Organização Mundial da Saúde) recomenda a amamentação exclusiva até os seis meses de idade.

"Eu até tentei continuar amamentando em casa, mas meu peito doía muito durante o dia quando estava longe dele. O leite ia acumulando, vazava e até empedrou. Como eu ia conseguir trabalhar desse jeito?", questiona Tatiana.

Segundo a Secretaria Municipal de Educação, todas as creches da cidade são orientadas a incentivar o aleitamento materno e devem ter um ambiente preparado para que as mães possam amamentar os bebês.

A arquiteta Mônica Alves, 28, pôs a filha Clarice de três meses no Cei Benedito Bueno, na região do Jardim Paulistano, na zona norte, para poder voltar ao trabalho. Como está em home office, ela consegue ir à unidade no meio da manhã para amamentar a menina.

"Ela não aceitou a mamadeira de jeito nenhum. As professoras me ligam no meio da manhã e eu vou até lá para amamentá-la. Tem sido melhor assim, porque consigo trabalhar e sei que ela está sendo bem cuidada", diz.

Mariana Luz, CEO da Fundação Maria Cecilia Souto Vidigal, organização que atua por melhores políticas para a primeira infância, diz que é importante a garantia de vaga em creche para crianças tão pequenas diante do contexto em que as famílias vivem.

"Garantir vaga para uma criança de um ou dois meses com uma mãe nessa situação de vulnerabilidade é garantir a sobrevivência. Nós, como sociedade, precisamos entender qual é o melhor lugar para esse bebê que vive esse contexto, mas não basta só ter a vaga é preciso qualidade.'

Para ela, parte do trabalho precisa ser dar apoio e condições para que as mães continuem com o aleitamento materno mesmo depois de as crianças estarem na creche.

# MPF pede suspensão de garimpo em terras indígenas liberado por Heleno

JOÃO GABRIEL/FOLHAPRESS

O Ministério Público Federal (MPF) pediu, ontem, a suspensão da autorização de exploração do garimpo em trechos do rio Negro que banham terras indígenas praticamente intocadas na Amazônia.

O MPF pede que a Agência Nacional de Mineração (ANM) providencie a "imediata suspensão de todos os requerimentos ativos de pesquisa ou lavra minerária incidentes sobre as Terras Indígenas Médio Rio Negro 1 e Médio Rio Negro 2, no Município de São Gabriel da Cachoeira/AM".

Segundo o MPF, há, no total, 33 requerimentos para lavra, pesquisa ou licenciamento dentro dessa área, a grande maioria relativos à exploração de ouro.

Como mostrou o jornal Folha de S.Paulo, o chefe do GSI (Gabinete de Segurança Institucional) da Presidência, general Augusto Heleno, autorizou o avanço de sete projetos de garimpo em áreas reservadas da Amazônia cinco deles nos trechos citados do Rio Negro.

Além de chefe do GSI, Heleno é também secretário-executivo do Conselho de Defesa Nacional, posição que lhe dá a autoridade para dizer sim ou não a empreendimentos de mineração na fronteira. Foi a primeira vez que uma decisão como essa ocorreu no órgão -que serve para aconselhar o presidente em assuntos de soberania e defesa- em pelo menos

A pedido da reportagem, o Ipam (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia) analisou as coordenadas geográficas dos sete projetos autorizados e identificou as cinco que tocam os trechos Médio Rio Negro 1 e Médio Rio Negro 2.

Nos dois espaços vivem 3.300 indígenas, segundo base de dados atualizada pelo ISA (Instituto Socioambiental). Eles são de 11 etnias diferentes: arapaso, baniwa, baré, dâw, desana, koripako, mirity-tapuya, pira-tapuya, tariana, tukano e yuhupde.

A Constituição proíbe mineração em terra indígena. Esse tipo de exploração só é possível se houver autorização pelo Congresso, o que não ocorreu.

O governo Jair Bolsonaro (PL)

quer liberar a mineração nessas terras. Para isso, enviou em 2020 um projeto de lei ao Congresso que regulamenta a autorização a ser dada. A proposta está parada na Câmara.

Os projetos de garimpo autorizados por Heleno avançam em uma região conhecida como Cabeça do Cachorro, que fica em São Gabriel da Cachoeira (AM), a cidade mais indígena do Brasil. 23 etnias vivem nessa parte do bioma amazônico.

As sete autorizações para a região de São Gabriel da Cachoeira envolvem uma área de 12,7 mil hectares. Uma delas, além de ouro, permite pesquisa de nióbio e tântalo. Esse empreendimento é o que está colado no Parque do Pico da Neblina.

### Nota

### **CONGRESSO ENVIA AO STF DADOS DE 404** PARLAMENTARES LIGADOS A EMENDAS DE RELATOR

O Congressol encaminhou no fim da tarde desta segunda-feira ao STF (Supremo Tribunal Federal) um conjunto de 100 documentos com indicações de autores das emendas RP9 -as chamadas emendas de relator. Os dados se referem às informações fornecidas por 340

🟅 representam 68% do total de 594 no Congresso, somando as duas

deputados e outros 64 senadores. Esses 404 parlamentares Casas legislativas. As emendas de relator tornaram-se um dos

principais instrumentos de negociação com o Congresso durante o governo Jair Bolsonaro, que usou o mecanismo para angariar apoio no Legislativo para pautas do interesse do Planalto. A decisão sobre a distribuição dessas emendas ficou concentrada na cúpula do Congresso, o que desencadeou críticas pela falta de transparência na alocação dos recursos. A verba foi usada por parlamentares para irrigar redutos eleitorais. A ministra Rosa Weber, havia determinado que o Congresso Nacional compartilhasse todas as informações referentes às emendas de relator, em particular os parlamentares que solicitaram os repasses de verbas e os destinatários.

### Violência

### Bombeiro 'covardão' atira em trabalhador do McDonald's

MATHEUS ROCHA/FOLHAPRESS

Um atendente do McDonald's, Mateus Domigues Carvalho, foi baleado na madrugada desta segunda-feira quando trabalhava em uma unidade da Taquara, zona oeste do Rio de Janeiro. Segundo relatos, o atirador, sargento do Corpo de Bombeiros, Paulo César de Souza Albuquerque, ficou irritado por não conseguir usar um cupom de desconto.

Mateus foi encaminhado ao Hospital Municipal Loureço Jorge, na zona oeste do Rio, e o seu estado de saúde é estável.

De acordo com Marcela Costa, tia do jovem, testemunhas disseram que o crime aconteceu depois que o bombeiro apresentou o cupom quando seu pedido já havia sido finalizado. Mateus teria informado então que não poderia alterar a compra, porque o papel deveria ter sido mostrado antes. ndo o trabalho dele. Falou que não tinha como prestar o serviço que o rapaz queria e acabou acontecendo isso tudo", disse ela, acrescentando que a família já pedia para o rapaz mudar de horário no trabalho por considerar o turno da madrugada perigoso.

"A gente fez de tudo para que ele saísse de lá por causa do horário, por ser de madrugada, mas ele preferiu ficar trabalhando. Queria que ele mudasse de horário por ser perigoso e por ele não ter essa maldade toda. Mas acabou acontecendo isso." No mês passado, conta a tia, o rapaz já tinha sofrido uma ameaça na lanchonete quando identificou que um cliente estava tentando fazer uma compra usando uma nota falsa.

"Ele me ligou e disse o que tinha acontecido, que ele tinha ido para a delegacia, que nesse horário sempre acontece isso. Ele me falou que não teve briga. Só tentaram passar essa nota falsa mesmo."

Nascido em Minas Gerais, o rapaz vive há cinco anos no Rio. "O sonho dele é trabalhar para poder pagar a faculdade de veterinária. Ele teve que parar de estudar porque precisou trabalhar. Era uma coisa ou outra", diz a tia. Imagens de câmeras de segurança às quais a reportagem teve acesso mostram Mateus dentro da cabine de atendimento na madrugada, quando recebe um soco de um homem de camisa preta e calça jeans que está do lado de fora.

Após o jovem revidar a agressão, o suspeito entra na unidade armado acompanhado por um homem de casaco laranja. Instantes depois, é possível ver uma funcionária correndo, enquanto o suspeito deixa a cozinha e coloca a arma na cintura. As imagens não mostram, porém, o momento em que os disparos são efetuados.

A Polícia Civil chegou a pedir a prisão temporária do suspeito, mas, a juíza Isabel Teresa Pinto Coelho Diniz, do plantão judicial, porém, negou, argumentando que o investigado foi identificado por meio de vídeos e fotografias que circulam nas redes e que ainda não se sabe a origem nem a forma como as imagens foram obtidas.

"Assim sendo, embora as investigações apontem a autoria delitiva na direção do investigado, o reconhecimento fotográfico fragiliza os elementos necessários para a decretação de sua prisão temporária", informou a polícia.

De acordo com a Polícia Militar, uma equipe do 18º Batalhão foi acionada para checar uma ocorrência envolvendo disparos de arma de fogo na unidade do McDonald's da Estrada dos Bandeirantes, na Ta-

"Chegando ao local, os policiais encontraram um atendente ferido e o socorreram ao Hospital Municipal Lourenço Jorge, na Barra da Tijuca. O autor dos disparos já havia fugido. A 32ª DP foi acionada para investigar o caso", disse a corporação em nota. O McDonald's lamentou o crime e disse que prestou socorro imediato ao funcionário. "A empresa está acompanhando e dando todo o suporte para seus familiares e já está colaborando com as investigações sobre o caso."

### CÂMARA MUNICIPAL

### Comissão nega recurso de Gabriel Monteiro

A Comissão de Justiça e Redação da Câmara Municipal do Rio de Janeiro negou ontem recurso do vereador Gabriel Monteiro (PL) e dará prosseguimento ao processo que pode levar à cassação do mandato do parlamentar. A defesa de Monteiro entrou com o recurso na semana passada para interromper o processo. Ele é alvo de denúncias de assédio sexual e moral, estupro e manipulação. As denúncias foram reveladas em reportagem do programa Fantástico, da TV Globo, no fim de

Terceiro vereador mais votado da cidade, Monteiro nega todas as acusações.

O vereador foi notificado no último dia 25 sobre o processo no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro. No dia 26, começou a ser contado o prazo de dez dias úteis para que ele apresentasse defesa prévia escrita e provas documentais. O prazo para a defesa termina hoje.

### TRÂMITE

No dia 5 de abril, por unanimidade, os sete integrantes do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara Municipal do Rio de Janeiro decidiram apresentar representação com pedido de cassação do mandato 🙎 de Monteiro. A representação do Conselho de Ética é, então,

dirigida à Mesa Diretora da Casa, que analisa seus requisitos formais e a encaminha, no prazo de três dias úteis, à Comissão de Justiça e Redação.

Ao receber a representação, a Comissão de Justiça e Redação analisa, em até cinco dias úteis, se a peça processual contém algum vício jurídico. Caso a representação seja aceita pela maioria de seus membros, a Comissão de Justiça e Redação a encaminha ao Conselho de Ética.

O Conselho de Ética sorteia, então, um relator, que cita o vereador representado, no prazo de cinco dias. O relator abre o prazo de dez dias úteis para o vereador apresentar defesa escrita e provas. Esta é a etapa na

qual se encontra o processo. Apresentada a defesa, tem início a fase de instrução do processo, pelo prazo de até 30 dias, prorrogáveis por mais 15. Finalizada a instrução, o relator dá parecer em até cinco dias úteis, concluindo pela procedência da representação ou pelo seu arquivamento. Caso o parecer seja pela procedência da denúncia, é aberto prazo de cinco dias para apresentação de alegações finais pela defesa do acusado.

O parecer do relator é submetido à deliberação do Conselho de Ética em até cinco dias úteis, considerando-se aprovado se obtiver a maioria absoluta dos votos dos seus integrantes.

Polônia

# Embaixador russo leva banho de tinta vermelha em protesto

embaixador da Rússia na Polônia, Sergei Andreev, levou um banho de tinta ontem na cidade de Varsóvia. O diplomata foi alvo de protesto durante uma visita a um cemitério de soldados soviéticos mortos na Segunda Guerra Mundial, que fica localizado na capital polonesa.

De acordo com informações da agência de notícias estatal russa Ria Novosti, Andreev foi recebido por manifestantes ucranianos e poloneses com insultos e ele teve seu caminho bloqueado, o que o forçou a deixar o cemitério acompanhado da polícia. O embaixador ainda foi chamado de "fascista". Andreev disse que não se feriu.

A porta-voz do Ministério das

Relações Exteriores, Maria Zakharova, comentou o incidente em seu canal Telegram. Segundo ela, "os fãs do neonazismo mais uma vez desnudaram seus rostos - e é sangrento".

"A demolição de monumentos aos heróis da Segunda Guerra Mundial, a profanação de sepulturas e agora a interrupção da cerimônia de colocação de flores em um dia sagrado para todas as pessoas decentes provam o óbvio - o Ocidente estabeleceu um curso para a reencarnação do fascismo", escreveu ela.

A missão diplomática russa também iria realizar o Regimento Imortal no Dia da Vitória, mas o Ministério das Relações Exteriores polonês recomendou não realizar esses eventos, citando

Rússia e Ucrânia.

Desde o início do conflito, autoridades ucranianas têm denunciado o que seriam crimes de guerra cometidos pela Rússia, sobretudo com a alegação de que o país vizinho estaria atacando áreas ocupadas por civis. Moscou nega as acusações e afirma que mira seus ataques apenas em regiões militares e de infraestrutura ucranianas.

### **PROTESTOS**

Alguns russos contrários à Guerra da Ucrânia aproveitaram o Dia da Vitória contra a Alemanha nazista, celebrado ontem, para protestar de forma isolada.

Em Volgogrado, um artista

sua ligação com a guerra entre anônimo fez um grafite com diversos caixões, um deles com o Z que simboliza a invasão e a frase: "O zinco é nosso". Tradicionalmente, os esquifes militares russos são feitos com esse

> Também houve a invasão de um site pró-Kremlin, o Lenta.ru, na qual surgiu a frase "Vladimir Putin virou um ditador patético e paranoico". Dois funcionários da empresa confessaram a ação e foram demitidos, estando agora sujeitos à dura lei que prevê até 15 anos de cadeia para quem falar mal da guerra.

A mínima dimensão dos atos mostra tanto o apoio popular à guerra, aferida em pesquisa independente, quanto o temor generalizado da repressão.

# Premiê do Sri Lanka renuncia após protestos ligados à crise econômica

O premiê do Sri Lanka, país asiático de 22 milhões de habitantes, apresentou sua renúncia ao cargo ontem em meio a protestos relacionados à pior crise econômica desde que a nação conquistou sua independência do Reino Unido, em 1948.

Mahinda Rajapaksa, 76, enviou sua carta de renúncia ao presidente Gotabaya Rajapaksa, que é seu irmão mais novo, pouco após um toque de recolher ser determinado por autoridades de segurança na tentativa de conter os protestos nas ruas, que ocorrem desde março. Nos atos, que deixaram cinco mortos e quase 200 feridos, parte dos manifestantes pedia a saída dos governantes devido ao fracasso da agenda econômica.

Milhares de simpatizantes do governo, armados com paus e pedras, atacaram nesta segunda os manifestantes que acampam desde 9 de abril em frente à sede presidencial. À noite, foram ouvidos disparos da residência oficial do primeiro-ministro.

No texto de renúncia, o premiê diz que está deixando o cargo para permitir que o país forme um governo de unidade. "Várias partes indicaram que a melhor solução para a crise atual seria a formação de um governo interino, com todos os partidos; por isso apresentei minha demissão, para que os próximos passos da Constituição sejam dados."

O porta-voz do governo comunicou à imprensa que todos os demais membros do gabinete também deixaram o cargo e que o presidente deve chamar os partidos políticos para formar um novo governo de unidade. "O presidente se reunirá com partidos independentes e de oposição, e esperamos um novo governo nos próximos dias."

Atingido duramente pela pandemia de Covid-19, o país insular também convive com o aumento dos preços de combustíveis e se preparava para uma reunião virtual com o Fundo Monetário Internacional (FMI) na tentativa de obter assistência financeira emergencial.

Longas filas para comprar gás de cozinha nas últimas semanas desaguaram em protestos improvisados, inicialmente puxados por consumidores insatisfeitos que bloquearam estradas. Empresas de energia disseram que estão com poucos estoques de gás.

Manifestantes pró-governo, segundo relatos da agência Reuters, atacaram opositores com barras de ferro e outros artefatos durante os protestos. Os confrontos ocorreram principalmente perto das tendas do recem-criado movimento Gota Go Home -vá para casa, Gota (em referência ao nome do presidente)-, que, em seu site oficial, se define como uma plataforma gerida majoritariamente por jovens para exigir o fim da corrupção e a renúncia do governo Ra-

Cento e oitenta e uma pessoas foram hospitalizadas, informou um porta-voz do Hospital Nacional de Colombo à AFP. Além disso, foram registrados oito feridos em outros pontos do país.

De acordo com a polícia, na cidade de Nittambuwao deputado governista Amarakeerthi Athukorala atirou e feriu com gravidade duas pessoas que bloqueavam a passagem de seu carro -uma delas morreu- e, depois, suicidou-se perto do local. Seu guarda-costas também foi encontrado morto,

acrescentou a polícia. Outro político do partido governista, não identificado, abriu fogo contra um grupo de manifestantes na localidade de Weeraketiya, no sul, matando duas pessoas e ferindo cinco, segundo a polícia.

O líder da oposição, Sajith Premadasa, tentou se aproximar

da área de confrontos, mas foi atacado pela multidão e teve que ser rapidamente retirado pelos seguranças. O líder sindical Ravi Kumu-

desh alertou neste fim de semana que mobilizará os trabalhadores do setor público e privado para invadir o Parlamento nacional em sua abertura em 17 de maio. Na sexta-feira, o presidente

declarou estado de emergência pela segunda vez em cinco semanas, concedendo poderes ampliados às forças de segurança, inclusive autorizando a detenção de suspeitos por longos períodos sem supervisão judicial. Ele também autorizou o envio dos militares para manter a ordem, como reforço da polícia.

O premiê e o presidente pediram caima a população. "Condenamos veementemente os atos de violência registrados, independentemente da filiação política daqueles que os praticam", escreveu o presidente Rajapaksa em uma rede social. "A violência não vai resolver os problemas atuais do Sri Lanka",

Por sua vez, a embaixadora dos Estados Unidos na ilha, Julie Chung, condenou a violência perpetrada "contra manifestantes pacíficos" e instou o governo a abrir uma investigação aprofundada sobre os eventos.

### **PANDEMIA E CRISE**

Ainda que a crise sanitária tenha dado o empurrão que faltava para o caos político e social, manifestantes e analistas apontam que a crise econômica tem origem na administração da família Rajapaksa. Os governantes anunciaram grandes cortes de impostos, que afetaram a arrecadação do governo e fizeram o país ter de usar suas reservas.

A campanha oficial de proibição do uso de fertilizantes químicos, sob a alegada justificativa de promover a agricultura orgânica para fins de saúde pública, também teve peso, com agricultores tendo uma das piores colheitas no ano passado, e a população assistindo ao preço de produtos alimentícios básicos subir.

Calculada em US\$ 51 bilhões, a grande dívida externa do país levou o governo a decretar a moratória de pagamentos em 12 de

De família tradicional na política, Mahinda Rajapaksa assumiu uma cadeira no Parlamento do Sri Lanka pela primeira vez em 1970, quando, aos 24 anos, tornou-se o membro mais jovem. Décadas depois, em 2005, foi eleito presidente -cargo que ocupou até 2015.

O principal marco de seu governo foi a derrota que conquistou sobre os separatistas connecidos como Tigres Tâmeis em 2009, episódio que catapultou sua popularidade doméstica, mas também rendeu críticas de observadores internacionais devido a relatos de violência.

O Sri Lanka assistiu a décadas de conflito, desde os anos 1980, entre os rebeldes separatistas tâmil, majoritariamente hindus, que lutavam pela criação de um Estado independente ao norte, e a maioria cingalesa, predominantemente budista. Mediado pela Noruega, um acordo de cessar-fogo chegou a ser firmado em 2002. Quando presidente, porém, Rajapaksa tornou objetivo de seu mandato erradicar os Tigres Tâmeis, derrotados em 2009, pondo fim à longa guerra civil.

Em relatório publicado em fevereiro, a alta comissária das Nações Unidas para direitos humanos, Michelle Bachelet, manifestou preocupação com o que descreveu como "tendências contínuas de militarização e nacionalismo étnico-religioso" no Sri Lanka que, seguiu, "minam as instituições democráticas, aumentam a tensão entre as minorias e impedem a reconciliação".

### VATICANO

# Papa Francisco adia visita ao Líbano por motivos de saúde

O Papa Francisco adiou uma visita ao Líbano, inicialmente marcada para junho, por motivos de saúde, anunciou o ministro do Turismo libanês, Walid Nassar, nesta segunda-feira.

"O Líbano recebeu uma carta do Vaticano informando-o oficialmente da decisão de adiar a visita planejada do Papa ao Líbano", disse Nassar em um comunicado, citando "razões de saúde".

O pontífice de 85 anos, que sofre com uma osteoartrite que afetou um ligamento do joelho direito e também com um problema no nervo ciático, precisou cancelar compromissos várias vezes no mês passado devido às dores no local. Na última semana, ele apareceu em cadeira de rodas pela

primeira vez,. A viagem, que aconteceria nos dias 12 e 13 de junho, havia sido

anunciada pelo governo libanês e, apesar de nunca ter sido oficializada pelo Vaticano, o Papa comentou sobre planos relacionados a ela em entrevistas recentes.

Um plano para Francisco ir do Líbano a Jerusalém em 14 de junho para se encontrar com Cirilo, o patriarca da Igreja Ortodoxa Russa, já havia sido cancelado por causa da Guerra da Ucrânia.

A viagem ao Líbano provavel-

mente acontecerá após o verão, disse uma fonte à Reuters.

Francisco deve fazer duas viagens em julho, uma ao Sudão do Sul e à República Democrática do Congo e outra ao Canadá.

Desde a última quinta-feira, quando usou uma cadeira de rodas em público pela primeira vez, ele tem se locomovido dessa maneira em audiências privadas e